



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

RELATÓRIO FINAL



Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MDA-NEAD/I ICA/ABC

PCT BRA IICA 003 005

RELATÓRIO FINAL

2010

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO
PARA A AGRICULTURA

Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MDA-NEAD/IICA/ABC
PCT BRA/IICA/003/005

RELATÓRIO FINAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

Ministro de Estado

Guilherme Cassel

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL (NEAD)

Coordenador Geral

Joaquim Calheiros Soriano

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (ABC/MRE)**

Ministro

Marco Farani

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)

Representante do IICA no Brasil

Carlos Américo Basco

**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: "APOIO ÀS POLÍTICAS E À PARTICIPAÇÃO
SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL" (PCT BRA IICA/003/005)**

Diretor Nacional do PCT (NEAD)

Joaquim Calheiros Soriano

Diretor Nacional substituto do PCT (NEAD)

Vinicius Pedron Macário

Supervisão Técnica do Projeto (IICA)

Cristina Costa

Gestão Administrativa (IICA)

Leida Farias



Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MDA-NEAD/IICA/ABC
PCT BRA/IICA/003/005

RELATÓRIO FINAL

2010

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2010

O IICA promove o uso justo deste material, pelo que se solicita sua respectiva citação

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) no sítio Web institucional
[http: www.iica.int](http://www.iica.int)

Coordenação editorial

IICA

Copidesque

Daniella Bastos

Diagramação

Quickpress Gráfica e Editora Ltda

Layout da capa

Quickpress Gráfica e Editora Ltda

Impressão Digital

Quickpress Gráfica e Editora Ltda

Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável:
Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA/ABC: PCT BRA 003 005: relatório
final / IICA, NEAD -- Brasília: IICA, 2010.

92p.; 21cm x 29,7 cm.

ISBN 13: 978-92-9248-323-4

1. Desenvolvimento rural 2. Participação Social 3. Políticas 4. Comunidades rurais
5. Desenvolvimento sustentável 6. Assistência técnica I. IICA III. Título

AGRIS
E14

DEWEY
338.9

Brasília, Brasil 2010

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Cooperação Técnica “Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável” - PCT BRA IICA/003/005 (PCT) - teve início em dezembro de 2003 e estendeu-se até março de 2010. O projeto em pouco mais de seis anos de existência buscou contribuir para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural. Dentre os seus grandes desafios, estavam: a qualificação do trabalho técnico; a integração entre os centros de pesquisa e os atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária; o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da igualdade e do atendimento às comunidades rurais tradicionais.

Neste contexto, o PCT foi concebido tendo em conta o potencial de crescimento da produção da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária e a maior efetividade de ação da política pública federal voltada para estas atividades em escala nacional.

O propósito deste relatório é oferecer ao leitor uma visão geral do desempenho do PCT ao longo de sua existência e poder servir de legado para que outros projetos de cooperação técnica internacional possam pular etapas e encurtar caminhos para o alcance de resultados efetivos, a partir das lições aprendidas neste caso.

Para tanto, o documento é composto de onze capítulos, sendo que os três primeiros se destinam a situar o leitor no tempo histórico e no espaço institucional e político em que se inscreve o PCT. Os dois capítulos seguintes trazem uma visão do desempenho do Projeto em relação aos aspectos técnicos e orçamentários. Os beneficiários diretos e indiretos do PCT, a participação deles na implementação e na sustentabilidade do projeto ocupam o capítulo seguinte. Em seguida, o documento analisa riscos, imprevistos e estratégias gerenciais adotadas pelo projeto, para logo após discutir aspectos relacionados com sua sustentabilidade. Os dois últimos capítulos são destinados às conclusões, recomendações e sugestões e trazem reflexões sobre o aprendizado obtido.

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA)
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)



SIGLAS

ABDA	Associação Brasileira do Direito Agrário
ABRAÇO	Associação Gaúcha de Radiodifusão Comunitária
Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ASCOM	Assessoria de Comunicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário
ASEPA	Associação para Estudos e Pesquisas em Antropologia
ATECEL	Associação Técnica-Científica Ernesto Luis de O Junior
ATES	Assistência Técnica Social e Ambiental
CIS	Consórcio de Informações Sociais
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CNTBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONEA	Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA	Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz
FACIR	Feira Agropecuária, Comercial e Industrial Regional
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco
FAO	Food and Agriculture Organization
FAP	Fundação Astrojildo Pereira
FAPUR	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro
FAURGS	Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FCPC	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
FEALQ	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz
FEC	Fundação Euclides da Cunha
FECAMP	Fundação de Economia de Campinas
FEU	Fundação Editora da UNESP
FGD	Fundação Guimarães Duque

FIDA	Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (IFAD, em inglês)
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNP	Fundação Newton Paiva
FUBRA	Fundação Universidade de Brasília
FUNCAMP	Fundação de Desenvolvimento da Unicamp
FUNCERN	Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte
FUNDACTE	Fundação de Ciência Tecnologia e Ensino
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUNDEPAG	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária
FUNEP	Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão
FUNPEC	Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura
FUSP	Fundação da Universidade de São Paulo
GM	Gabinete do Ministro
Gnuteca	Sistema de gestão de acervo, empréstimo e colaboração para bibliotecas
GRAAL	Grupo de Apoio à Agricultura Familiar em Região de Fronteira
GT	Grupo de Trabalho
IASPM-AL	International Association for the Study of Popular Music
IBRAEC	Instituto Brasileiro de Ação, Educação e Estudos Culturais
IEP	Instituto Educacional Piracicabano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
ISBN	International Standard Book Number
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPF	Ministério Extraordinário da Política Fundiária
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPEG	Museu Paranaense Emilio Goeldi
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária

PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REAF	Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, do Mercado Comum do Sul
REDES	Rede de Desenvolvimento Ensino e Sociedade
RTS	Rede de Tecnologia Social
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo



SUMÁRIO

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O PROJETO.....	13
1. ANTECEDENTES.....	15
1.1. SITUAÇÃO PRÉ-PROJETO.....	16
2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	17
3. O CONTEXTO EM QUE SE INSERE O PCT.....	19
3.1. O CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	19
3.2. O CONTEXTO INSTITUCIONAL E PROGRAMÁTICO.....	22
4. VISÃO GERAL DO DESEMPENHO DO PROJETO.....	27
4.1. GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS.....	30
5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	36
6. BENEFICIÁRIOS.....	40
6.1. BENEFICIÁRIOS DIRETOS E INDIRETOS DO PROJETO.....	40
6.2. PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS NA IMPLEMENTAÇÃO.....	40
6.3. BENEFICIÁRIOS E SUSTENTABILIDADE DO PCT.....	42
6.4. INTERAÇÃO ENTRE SETOR DO PCT E OUTROS SETORES.....	42
7. IMPREVISTOS E RISCOS DA GESTÃO DO PCT.....	44
7.1. IMPREVISTOS.....	44
7.2. RISCOS.....	45
8. COMENTÁRIOS SOBRE A ESTRATÉGIA DO PCT.....	46
8.1. ELEMENTOS GERAIS DA ESTRATÉGIA.....	46
8.2. ESTRATÉGIA OPERACIONAL.....	48
8.3. ADEQUAÇÃO DO HORIZONTE TEMPORAL E DOS RECURSOS DO PCT.....	50
8.4. EFICÁCIA DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.....	50
9. SUSTENTABILIDADE.....	52
9.1. MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE.....	52
9.2. FATORES DE SUSTENTABILIDADE DO PROJETO.....	53
9.3. RECOMENDAÇÕES SOBRE O IMPACTO.....	54
10. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES.....	56
11. LIÇÕES E REFLEXÕES.....	58

ANEXOS.....	61
ANEXO 1: VISÃO DO DESEMPENHO DO PROJETO SEGUNDO OBJETIVOS ESPECÍFICOS, PRODUTOS E ATIVIDADES.....	63
ANEXO 2: PUBLICAÇÕES.....	80
SÉRIE NEAD DEBATE.....	80
SÉRIE NEAD EXPERIÊNCIAS.....	81
SÉRIE NEAD ESPECIAL.....	82
SÉRIE NEAD ESTUDOS.....	83
SÉRIE COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA AGRÁRIA E CORRELATA.....	84
COLEÇÃO HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO.....	84
DOCUMENTÁRIOS.....	85
PERIÓDICOS.....	86
OUTRAS OBRAS.....	87
ANEXO 3: DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	91

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O PROJETO

TÍTULO:	Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável (PCT BRA/IICA/003/005)
ÁREA TEMÁTICA:	Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural
ÁREA GEOGRÁFICA BENEFICIADA:	Nacional
ORGANISMO INTERNACIONAL COOPERANTE:	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA
ENTIDADE NACIONAL EXECUTORA:	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD
DURAÇÃO:	11 de dezembro de 2003 a 10 de março de 2010
ORÇAMENTO TOTAL:	R\$ 31.000.000,00
OBJETIVO GERAL:	Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, a qualificação do trabalho técnico, a integração entre os centros de pesquisa e a ampliação da participação dos atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de atendimento às comunidades rurais tradicionais.

1. ANTECEDENTES

O PCT teve início em 2003, ano em que o Partido dos Trabalhadores assumiu pela primeira vez o Governo Federal. Desde o início de seu mandato, esse Governo colocou no centro de sua agenda a garantia da estabilidade econômica e a criação das bases de um novo padrão de desenvolvimento com inclusão e justiça social para a melhoria da qualidade de vida da população do país. Para tanto, propôs-se a combinação de novos mecanismos de participação e controle social de forma a criar sinergia entre Estado e Sociedade.

No caso do meio rural a ideia prevaiente no recém-empossado Governo Federal combinava aumento da produção, paz social e melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Para tanto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que abriga o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) tinha como prioridades a promoção do desenvolvimento rural sustentável, integrando as políticas de reforma agrária, reordenamento agrário, fortalecimento da agricultura familiar e universalização de direitos. Tal como se planejava, as diversas ações no arco das políticas públicas tinham como desafio maior conseguir reduzir drasticamente a pobreza rural, garantindo segurança alimentar à sua população.

Neste contexto social e institucional, o Projeto de Cooperação Técnica "Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável - BRA IICA/003/005 (PCT), tinha a função precípua de fornecer os instrumentos para melhorar a eficácia das políticas agrárias e fornecer instrumentos aperfeiçoados para a ampliação da participação dos atores sociais.

Os objetivos do PCT ao serem formulados tiveram em conta os principais problemas do mundo rural brasileiro, a saber:

- O mundo rural brasileiro é amplo, diverso, abrange cerca de 80% do total dos municípios brasileiros e possui uma população de mais de 51 milhões de habitantes.
- Há concentração no setor agroindustrial – especialmente na propriedade da terra –, fragilização da capacidade de atuação do Estado brasileiro, ausência de uma ação integrada de garantia de renda e promoção da produção da agricultura familiar e dos assentados pela reforma agrária.
- Apesar dessa configuração desfavorável, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e na oferta de ocupações no campo. A agricultura familiar corresponde a 4,3 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária.

- Os assentamentos de famílias pela reforma agrária são um fator de direcionamento de políticas públicas, dinamizam o desenvolvimento local de municípios e de regiões onde estão inseridos e proporcionam às famílias assentadas uma melhoria das condições de moradia, trabalho, acesso à saúde e à educação.

Na esfera institucional, o PCT tomou como referência a ampliação de papéis e a mudança de escopo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, impulsionadas pelos movimentos sociais. Para tanto, foram propostos e experimentados novos processos de gestão e participação social, com forte ênfase no intercâmbio de informações, capacitação, controle social e estabelecimento de bases de dados para acompanhamento e avaliação.

Em síntese, o PCT foi proposto tendo em conta tanto o potencial de crescimento da produção da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária, quanto a maior efetividade de ação da política pública federal voltada para estas atividades em escala nacional.

O PCT integrou-se ao Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Brasileiro, que estabelece as prioridades nacionais de desenvolvimento, seus programas e ações, estando nele contemplada a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Assim, o PCT destinou-se a ampliar e fortalecer as políticas de desenvolvimento rural e a participação dos atores sociais, orientadas pela busca da integração e do partilhamento de soluções entre Estado e Sociedade e pela necessidade de racionalização, eficiência e eficácia na implementação das políticas públicas. A natureza dos objetivos e dos produtos previstos e a amplitude nacional deste Projeto permitem que seus resultados sejam sistematizados e utilizados por outras instituições, tanto nacionais, como internacionais, garantindo, assim, um importante efeito multiplicador.

1.1. SITUAÇÃO PRÉ-PROJETO

No momento em que foi aprovado e implementado o PCT, constatava-se no que se refere à implementação na nova política de desenvolvimento rural – voltada, com destaque, à agricultura familiar e aos assentados da reforma agrária – a baixa qualificação dos servidores públicos dos três níveis federativos, assim como dos atores sociais; a dispersa e pouco articulada produção de estudos, avaliação e acompanhamento da gestão pública e de seus resultados que pudesse oferecer suporte para revisões e reorientações da ação do poder público; bem como a escassa democratização da intervenção pública no que se refere à descentralização e participação dos beneficiários. Esses problemas, tomados como centrais para a implementação da nova política de desenvolvimento rural, foram assumidos como pontos básicos para o desenho do PCT.

De forma complementar aos elementos desejados, o PCT recolhia elementos de reflexão da história de vida do NEAD e tornava-se mecanismo essencial para que o Núcleo pudesse desenvolver as atividades de avaliação dos impactos das políticas públicas de desenvolvimento rural, bem como de estudos das mudanças sócio-econômicas que se verificavam na esfera dos territórios rurais. Como resultado dessa ação continuada entre 1997 e 2003, ficou evidenciada a importância da consolidação e ampliação das políticas públicas de apoio à produção, prioridade do MDA, o que no entendimento tanto de estudiosos quanto de gestores reforçavam a importância das atividades de pesquisa, avaliação e produção de indicadores apropriados para orientar a ação do MDA.

2. BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO

O PCT, ao ser elaborado, ainda eram incipientes as iniciativas do governo federal para impulsionar o desenvolvimento rural a partir de uma estratégia territorial. Acabava de ser criada a SDT do MDA e retomava-se o funcionamento do Condraf. Técnicos de agências de cooperação, em particular do IICA, dirigentes de movimentos sociais e especialistas, assinalavam a necessidade de se constituir um mecanismo que promovesse o intercâmbio de experiências, a facilitação da comunicação direta de agricultores e centros de pesquisa e a disponibilização de informações que contribuíssem para o fortalecimento das iniciativas de desenvolvimento territorial.

Os objetivos na versão inicial do PCT estavam assim enunciados:

Objetivo de Desenvolvimento

Contribuir para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, a qualificação do trabalho técnico, a integração entre os centros de pesquisa e a ampliação da participação dos atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de atendimento às comunidades rurais tradicionais.

1º Objetivo Específico

Promover estudos sobre as políticas de desenvolvimento rural, o intercâmbio e a cooperação técnica e científica entre os atores sociais.

2º Objetivo Específico

Fortalecer e qualificar a participação dos servidores/as, técnicos/as, gestores/as, conselheiros/as, movimentos e entidades da sociedade civil na gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural.

3º Objetivo Específico

Implementar e consolidar o Observatório do Desenvolvimento Rural.

Revisão sofrida pelo PCT alterou o 3º Objetivo Específico, que passou a ter o seguinte enunciado:

Promover e consolidar ações relacionadas à memória e à cultura popular no meio rural.



Este novo objetivo decorre do entendimento de que o amadurecimento das políticas públicas de desenvolvimento rural demanda uma compreensão mais apurada sobre a riqueza e a diversidade do meio rural nas suas múltiplas dimensões: econômica, social e cultural.

A qualificação da participação social, aspecto importante do objetivo geral do PCT, demanda um reconhecimento cada vez mais amplo do protagonismo dos trabalhadores rurais e de suas lutas para a própria formação socioeconômica e cultural do País. De igual modo, é urgente, ainda, valorizar as manifestações culturais como expressão de identidades que precisam ser reconhecidas, compreendidas e consideradas na elaboração e implementação das políticas públicas.

3. O CONTEXTO EM QUE SE INSERE O PCT

O PCT foi gerado tendo em vista as atribuições do NEAD de desenvolver estudos que subsidiem a formulação e aprimoramento de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural, bem como os contextos sobre a agricultura familiar, o processo de reforma agrária, o desenvolvimento rural e as transformações institucionais e programáticas do MDA.

3.1. O CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA

Entre as questões que motivaram a concepção do PCT podem ser destacadas: o contexto socioeconômico do desenvolvimento rural brasileiro, os problemas específicos ao alcance do PCT e o histórico de atuação do NEAD.

O mundo rural brasileiro é formado por um universo amplo e diferenciado que abrange a maioria dos municípios cuja dinâmica econômica, social e cultural está profundamente referenciada no trabalho e na produção rural, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas. Este universo rural abrange cerca de 80% do total dos municípios brasileiros e uma população de mais de 51 milhões de habitantes.

A principal marca do campo brasileiro é o grau elevado de concentração da propriedade de terra. A desigualdade no acesso a terra é ainda maior do que a desigualdade da distribuição de renda.

A agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária, bases para um novo padrão de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que demonstram sua importância econômica e social, enfrentam problemas para garantir a melhoria da qualidade de vida da população rural. São problemas históricos que foram agravados pela política de abertura comercial dos anos 90, pela concentração no setor agroindustrial, pela fragilização da capacidade de atuação do Estado brasileiro e ausência de uma ação integrada de garantia de renda e promoção da produção destes setores.

No Censo Agropecuário 2006¹, foram identificados 4,3 milhões estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos

¹ IBGE (2006). Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 267 p.

brasileiros². Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, correspondentes a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

No ano de 2006, a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas foi a seguinte: produziu 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite; possuía 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produziu 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

O Censo Agropecuário 2006 registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado) em 31.12.2006, com uma média de 2,6 pessoas, de 14 anos ou mais, ocupadas. Os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra ocupada. Entre os 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, 90,0%, tinham laços de parentesco com o produtor, do que se deduz que a união de esforços em torno de um empreendimento comum se torna uma característica importante da agricultura familiar.

Por outro lado, a agricultura familiar respondia por um terço das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esta participação menor nas receitas é explicada

² O Censo levou em conta o marco legal de agricultura familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), Nessa lei, a agricultura familiar está assim caracterizada:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

em parte pelo fato de apenas três milhões (69%) dos produtores familiares declararem ter obtido alguma receita no seu estabelecimento durante o ano de 2006, ou seja, quase um terço da agricultura familiar declarou não ter obtido receita naquele ano.

Um quadro semelhante de dificuldades e potencialidades sinteticamente descrito para a agricultura familiar também se apresenta para os assentamentos de reforma agrária. Nos últimos anos, a dispersão geográfica dos assentamentos e a ausência de projetos produtivos consistentes e de compromissos por parte do Estado brasileiro com a consolidação dos assentamentos



produziram um passivo infraestrutural que compromete a produção e a qualidade de vida: apenas 7,7% das famílias têm abastecimento de água, 11,7% acesso a eletricidade e 18,7% a estradas e 47,2% contam com assistência técnica.

Entretanto, mesmo neste marco da ação estatal, os assentamentos são um fator de direcionamento de políticas públicas para os municípios e regiões onde estão inseridos e proporcionam às famílias assentadas uma melhoria das condições de moradia, trabalho, acesso à saúde e à educação.

Segundo estudo recente realizado pelo pesquisador Fernando Homem de Melo, em toda a década de 90, a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal: entre 1989 e 1999, aumentou sua produção em 3,79%, apesar de ter tido uma perda de renda real de 4,74%, no mesmo período. A agricultura patronal, no mesmo período teve perda menor (2,56%), mas aumentou a produção em apenas 2,60%. E este desempenho tem ocorrido sem que haja um acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. A agricultura familiar, que responde por 37,8% da produção, consome apenas 11% do crédito, enquanto a agricultura patronal, que responde por 61% da produção, consome 89% do crédito.

Segundo o Programa Fome Zero, 36,8% das famílias rurais ou 15 milhões de pessoas – estão em situação de indigência. A renda média mensal da população ocupada no meio rural era de R\$ 138,00 contra R\$ 355,00 no meio urbano em 1999. Mais de 76% dos estabelecimentos familiares não foram atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e apenas 40% dos agricultores familiares receberam assistência técnica no Brasil. O Programa Bolsa Família promoverá inclusão de 44 milhões de pessoas no Cartão-Alimentação em 4 anos, gerando um aumento no consumo de produtos da cesta básica. Para o feijão, projeta-se um aumento da demanda de mais de 50%; para o leite, 23%; e para a batata, cerca de 70%, entre outros exemplos. Para atender este crescimento na produção de alimentos, seria necessária uma ampliação de mais de 3 milhões de hectares de área produtiva, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

A partir do cenário descrito anteriormente, e da incorporação de novos temas e responsabilidades, o MDA vem desenvolvendo, de forma integrada com outros ministérios, um conjunto de ações orientadas para alcançar o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro e a garantia da segurança e da soberania alimentar. Trata-se de uma estratégia integrada de transformação do meio rural brasileiro vinculando o aumento da produção de alimentos, à geração e garantia de renda, o acesso ao conhecimento e aos demais direitos fundamentais. Na implementação desta estratégia, o MDA reconhece e valoriza a apropriação do conhecimento produzido por diferentes instituições por meio da utilização de diversos meios, em particular, aqueles proporcionados pelas novas tecnologias da informação.

3.2. O CONTEXTO INSTITUCIONAL E PROGRAMÁTICO

O MDA comanda e participa de uma vasta rede de iniciativas do Governo Federal voltadas para o desenvolvimento do mundo agrário. Segundo o Balanço MDA 2003- 2006 (Brasil, 2006), a lista inclui as seguintes iniciativas:

AGRICULTURA FAMILIAR

- Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
- PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)
- Assistência Técnica e Extensão Rural
- SEAF (Seguro da Agricultura Familiar)
- Seguro de Preço da Agricultura Familiar

- PGPAF (Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar)
- Garantia-Safra
- PNPB (Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel)
- Feiras da Agricultura Familiar
- Programa Nacional de Alimentação Escolar
- REAF-MERCOSUL (Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL)
- Programa Nacional de Agroecologia
- Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da sociobiodiversidade
- Selo da Agricultura Familiar

REFORMA AGRÁRIA

- PDA (Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos)
- PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário)
- Regularização Fundiária (Cadastro de Terras)
- Fortalecimento do Incra
- PAC (Programa de Aperfeiçoamento, Consolidação e Auto-Suficiência de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária)
- Projeto Helder Câmara (Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Nordeste)
- Luz para Todos
- Programa Terra Legal Amazônia

DIREITOS E CIDADANIA (Programas Especiais)

- PNETE (Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo)
- Inclusão Digital
- Arca das Letras
- Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)
- Plano de Políticas para as Mulheres

- PNDTR (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural)
- Programa Brasil Quilombola
- Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
- Programa de Reassentamento de Ocupantes de Terras Indígenas
- Condraf (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural)
- Programa Territórios da Cidadania
- Estudos (NEAD)
- Paz e Justiça no Campo (Ouvidoria Agrária Nacional)

No que se refere aos elementos específicos que motivaram a elaboração desse PCT consta a institucionalização de mudanças de percepção na atuação do MDA, a partir da compreensão de que os resultados não dependem apenas de mudanças administrativas e não se efetivam tão somente em função das novas orientações repassadas aos gestores públicos. Exigem uma recuperação da capacidade do Estado brasileiro gerir e implementar políticas públicas, uma mudança na cultura da administração pública no sentido de assumir plenamente sua responsabilidade com a universalização dos direitos, uma revalorização e qualificação profissional dos funcionários, técnicos e gestores públicos, a articulação e integração da atuação de diferentes ministérios e das várias esferas de poder, tanto em âmbito nacional como local e territorial, e um permanente e qualificado monitoramento e avaliação das políticas que permitam que sejam aperfeiçoadas com a participação dos vários atores envolvidos e, em particular, dos beneficiários.

Deste ponto de vista, a promoção do desenvolvimento rural sustentável e da participação dos atores sociais exigem uma intensa e variada atividade de pesquisa orientada para a avaliação, para a produção de indicadores, uma renovada capacidade de comunicação horizontal entre gestores e beneficiários, a implementação de programas de capacitação, a valorização de experiências bem-sucedidas e a intensificação e diversificação da cooperação técnica e do intercâmbio nacional e internacional, envolvendo instituições públicas, organismos e agências multilaterais, movimentos e organizações não governamentais.

A amplitude de tais políticas, o processo de reorientação em curso e, em alguns casos, sua existência recente, reforçam a importância de ações externas de acompanhamento, monitoramento e avaliação que permitam uma intervenção durante o próprio processo de implantação, seja para a correção de procedimentos, ou ainda para a definição de indicadores apropriados para avaliar seus impactos. A cooperação técnica, as atividades de intercâmbio e

um diálogo permanente com as instituições de pesquisa e ensino não só permitem o acesso por parte dos agricultores familiares, assentados, comunidades tradicionais e gestores e funcionários públicos ao conhecimento acumulado nestes espaços, como também possibilitam o desenvolvimento de redes de colaboração que podem potencializar as iniciativas de cada um.



Este PCT foi destinado, assim, à ampliação e fortalecimento das políticas de desenvolvimento rural e da participação dos atores sociais, além da necessidade de racionalização, eficiência e eficácia na implementação das políticas públicas.

Por fim, se coloca o histórico de atuação do NEAD, que tem sido orientado a dar suporte tanto às ações do MDA em seu todo, quanto à participação dos atores sociais no processo de desenvolvimento rural e da melhoria das condições de produção e vida dos assentamentos de reforma agrária.

O NEAD foi criado em 1997, vinculado ao Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, o antecessor do MDA³, por meio de Portaria Ministerial, e iniciou suas atividades com a declaração de efetividade do Acordo de Empréstimo 4147-BR, com o Banco Mundial em dezembro de 1997, com a incumbência de apoiar a implantação do Projeto Piloto de apoio à reforma agrária – Cédula da Terra, bem como acompanhar e realizar avaliação dos impactos do

³ Sua estrutura foi regulamentada pelo Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000 e publicada no DOU de 17/01/2000. Suas áreas de competência são: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

mesmo. Os recursos oriundos do Acordo de Empréstimo 4147-BR financiaram um conjunto de estudos no decorrer do prazo de execução do Projeto (1997/2003), além de avaliar as políticas públicas em curso, a partir de estudos, as mudanças que se operavam no setor⁴.

A Portaria GM nº 2, de 6 de março de 1997, que instituiu o NEAD previa um escopo de atuação amplo, definindo-o como um instrumento de estudos e acompanhamento da reforma agrária e da agricultura familiar, que deveria integrar uma rede de contribuintes associados denominada *Rede da Terra*⁵. A orientação deste centro ficou à cargo de um Comitê Assessor, com as atribuições de estabelecer as prioridades de estudo, aprovar o programa de trabalho anual e as formas de cooperação nacional e internacional. Seria composto por nove personalidades vinculadas a instituições de pesquisa especializada nesta área e dirigido pelo Chefe da Assessoria Especial do Ministério. Suas ações à época foram tecnicamente apoiadas pelo Projeto de Cooperação Técnica (PCT IICA/MEPF/NEAD-BRA 97/013) firmado entre o MDA, a ABC/MRE e o IICA, em dezembro de 1997, e encerrou suas atividades em dezembro de 2003, mobilizando recursos da ordem de R\$ 20 milhões.

A avaliação crítica da experiência do Cédula da Terra resultou na reformulação de pontos importantes que hoje compõem o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Além disso, nos estudos realizados ficou evidenciada a importância da consolidação e ampliação das políticas públicas de apoio à produção, prioridade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A incorporação de novos temas e a ampliação das políticas de desenvolvimento rural sustentável reforçaram a importância das atividades de pesquisa, avaliação e produção de indicadores apropriados para avaliar seus impactos.

Assim, visando ampliar e fortalecer essas políticas foi firmado o Projeto de Cooperação Técnica BRA 003/005 entre o MDA, a ABC/MRE e o IICA, sob o título de *Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável*, que é objeto deste relatório.

⁴ No Relatório 1998/2000 do NEAD, o Ministro Raul Jungman sintetiza o que seriam os principais vetores da nova política agrária do governo federal: política de descentralização da reforma agrária; abertura de novas oportunidades de aquisição de terras para agricultores por meios associativos – Cédula da Terra; ligação da reforma agrária com a produção formando a nova política de agricultura familiar; capacitação dos agricultores do semi-árido para uso sustentável da água (Base Zero); contorno de ações desenvolvimento local envolvendo a equação da agricultura familiar; modernização dos instrumentos institucionais da reforma agrária; formação de uma rede colaborativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

⁵ Nos considerandos que justificam a criação do NEAD há uma referência à iniciativa do Banco Mundial, FAO e FIDA de estabelecerem uma Rede Internacional de Acompanhamento de Experiências de Reforma Agrária em curso e ao compromisso do governo brasileiro de estabelecer no país o primeiro módulo da referida Rede (Rede da Terra).

4. VISÃO GERAL DO DESEMPENHO DO PROJETO

O PCT se desdobra em diversas facetas, a maior parte delas de caráter qualitativo, o que termina por demarcar as possibilidades e formas de medição de seus efeitos em termos quantitativos.

Numa abordagem geral e abrangente, dividiu-se o conjunto das ações do PCT em dois grupos: externas e internas. Aquelas, representadas pela ação do PCT, por meio do NEAD, diretamente com organizações da sociedade civil. Essas, consubstanciadas no apoio técnico do NEAD à Secretaria Executiva do MDA.

No front externo, são exemplos expressivos da ação do PCT em linha com seu primeiro objetivo imediato:

- a) Estreitamento e fortalecimento do diálogo com os centros de pesquisa sobre o meio rural brasileiro. Nessa esfera de ação, diversos programas de pós-graduação voltados ao estudo do mundo rural puderam incrementar pesquisas e produzir teses e dissertações e formar/consolidar redes de pesquisadores.
- b) Publicação de livros voltados a discutir questões relativas à reforma agrária, à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural sustentável, etc. Em termos de resultados, relata-se a publicação de mais de uma centena de títulos, remetidos para, aproximadamente, 200 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, para bibliotecas de todas as grandes instituições de ensino superior e para Programas de Pós-Graduação que atuam no tema do desenvolvimento do meio rural.

No assessoramento técnico à Secretaria Executiva do MDA, são exemplos destacáveis do PCT em obediência ao estabelecido em seu segundo objetivo imediato:

- a) Monitoramento do Programa de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres Rurais, ambos interministeriais; e do Programa Territórios da Cidadania. Atuando na instância dos Comitês Gestores destes programas, parte das contribuições das consultorias realizadas ofereceu parâmetros para a redefinição de práticas utilizadas na concretização de objetivos e metas.
- b) Construção de uma agenda sobre 'gênero' e 'juventude' no âmbito da REAF/MERCOSUL; e elaboração de um estudo sobre a propriedade de terras por parte de cidadãos e empresas de outras nacionalidades. Ambas as contribuições, embora ainda não tenham se materializado em políticas ou programas nos países membros, têm sido utilizadas como subsídios para a construção de consenso mínimo em âmbito regional;



- c) No tema da biossegurança, o PCT ofereceu suporte à função do NEAD de elaborar subsídios às posições defendidas pelo MDA sobre transgenia na CTNBio, sem contudo esgotar os argumentos defendidos pela representação do MDA nem consubstanciar-se em políticas e recomendações emanadas da CNTBio.
- d) Inclusão digital no mundo rural. O PCT deu suporte para que experiências-piloto gerassem uma metodologia de inclusão digital mais consentânea com a realidade rural brasileira. Decorreu dessa iniciativa a construção de acordos interministeriais visando incrementar a inclusão digital no meio rural brasileiro, cabendo ao MDA um papel de proa nesse cenário. Especificamente, a metodologia desenvolvida no NEAD tem orientado as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro nessa temática. Caso singular foi o edital da FINEP/MCT para o financiamento de inclusão digital no meio rural, que tomou como referência a metodologia desenvolvida no NEAD com o apoio do PCT.
- e) Interlocução com os movimentos sociais na discussão e definição das políticas públicas. Nesse caso, ressalta-se o grau de consolidação do diálogo que, dificilmente, poderá ser revertido. O exemplo-chave foi o apoio do PCT à realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ocorrida em Olinda-PE, em junho de 2008. Com mais de 1.500 delegados representando todos os segmentos rurais de todas as partes do Brasil, a Conferência aprovou documento final que sintetiza as diretrizes e delinea o horizonte do desenvolvimento rural sustentável e solidário.
- f) Estudos e pesquisas subsidiários a ações desenvolvidas pela SAF/MDA. Um destes estudos teve como objetivo avaliar a implantação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em sua interface com o PNAE (Programa Nacional de Alimentação

Escolar), bem como propor instrumento de qualificação dessas políticas de apoio à comercialização no âmbito do MDA. A referência legal a este tema é o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, que incluiu o Ministério da Educação no Grupo Gestor do PAA.

g) Eventos de Capacitação:

- Proposta de inserção do conteúdo de gênero na capacitação da ATES e acompanhamento da execução das ações de capacitação para os extensionistas da ATES e servidores do INCRA no que tange à inserção do conteúdo de gênero.
- Conteúdos de juventude no âmbito da REAF, que propiciou a identificação dos temas e demandas da juventude rural com vistas à produção de conteúdos e metodologia dos módulos constitutivos do Curso Regional de Formação de Jovens Rurais/REAF.
- Usuários dos Centros de Inclusão Digitais Rurais. Nesse caso, o PCT deu suporte à metodologia a ser replicada por instituições contratadas para essa finalidade.
- Oficina Regional de Desenvolvimento de projetos de assentamento.
- Seminário Internacional “Desafios Atuais das Políticas Públicas para o Meio Rural”.
- Curso Ater Quilombola Norte.
- Fórum Global sobre Agricultura.
- Capacitação e Assistência Técnica para Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba.



- Curso sobre o Avanço do Capitalismo no Campo, promovido pela Cáritas Brasileira Regional Norte II – Belém/PA.
- VI Seminário de Formação em Agroecologia - Santa Maria/RS.

Na esfera da cooperação internacional, destacam-se:

- a) Participação do MDA na REAF/MERCOSUL
- b) Acordo de Cooperação firmado entre o NEAD e a Universidade de Paris 7, especificamente com sua Unidade de Formação e Pesquisa de Geografia, História e Ciências da Sociedade. Este acordo contribuiu decisivamente para a constituição do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Paraná, um dos pioneiros nesta área no Brasil.

No que se refere à aderência dos objetivos do PCT aos programas e políticas do MDA, entende-se que este Relatório, em seu conjunto, é um inequívoco testemunho disso. Porém, há que se considerar que nem todos os produtos do PCT se alinharam ou influenciaram automaticamente na orientação ou alteraram a formulação de objetivos macro de Programas e Políticas do MDA, uma vez que na esfera de decisão sobre esta matéria, intervêm uma razoável quantidade de pontos de vista e orientações, internas e externas. Esta pluralidade de enfoques não concede, evidentemente, o condão especial a um produto do PCT, apesar na qualidade de seu conteúdo técnico, para servir de base e estimular decisões conseqüentes, o que não descarta que tal influência venha a acontecer no futuro.

4.1. GRAU DE ALCANCE DOS OBJETIVOS IMEDIATOS

No que se refere ao objetivo específico 1 relacionado com a “promoção de estudos sobre as políticas de desenvolvimento rural, o intercâmbio e a cooperação técnica e científica entre os atores sociais”, as atividades foram realizadas segundo estabelecia o cronograma, com alto percentual de cumprimento dos compromissos.

A grande receptividade ao PCT resultou na ampliação e intensificação das atividades de cooperação técnica e científica no que se refere a esse objetivo. Com isso, foi crescente a incorporação de centros de produção do conhecimento, inclusive não acadêmicos, e particularmente aqueles que compartilham de uma perspectiva ampliada sobre o meio rural.

Foram totalizadas mais de 40 ações entre projetos, consultorias e atividades no âmbito da cooperação técnica, sabendo-se que a previsão inicial era de 16 para todo o período de vigência do PCT.

Um dos destaques refere-se ao crescente reconhecimento e legitimidade que o PCT angariou junto às instituições produtoras de conhecimento, às demais unidades do MDA, ao conjunto de órgãos públicos de todos os níveis, além de instituições internacionais, no campo da cooperação técnica. A abertura de novas frentes de atuação no Norte e Nordeste do país, além de ampliar, intensificar e interiorizar as relações entre esses centros produtores de conhecimento também devem ser destacadas. A consolidação da Rede de Estudos Rurais, criada em 2006, que pontua sua atuação por meio de Encontros no âmbito das universidades participantes (como foi o caso do 3º Encontro realizado na Universidade Federal de Campina Grande), é uma das expressões de resultado do PCT, o que amplia a sua capacidade de potencializar e integrar a produção de cada uma dessas instituições de norte a sul do país.



Uma das faces dessa respeitabilidade técnica se expressa pelos resultados acumulados no campo das inovações teórico-metodológicas promovidas por meio de estudos e pesquisas emblemáticas. Nesse sentido, as inovações construídas desde 2004 junto ao IBGE para o aperfeiçoamento do Censo Agropecuário-IBGE no sentido de refletir com mais propriedade a realidade do meio rural tiveram sua implementação concluída em 2007. Outra dimensão de análise inédita foi concluída com estudos produzidos a partir das PNAD sobre diversas dimensões e temas do desenvolvimento rural.

O PCT possibilitou desenvolver atividades na área do Direito Agrário, além de outros temas como mulheres, comunidades quilombolas, juventude, biossegurança e transgênicos, sistematização de indicadores e estatísticas, dentre outros.

Registra-se ainda que se identificou a necessidade de produção de estudos e pesquisas associados aos processos de implantação do Programa Territórios da Cidadania. Ressalte-se, também, que a estruturação desse Programa foi iniciada em 2007 e contou com a contribuição técnica de consultorias nas discussões sobre indicadores e gestão do Programa.

Também, as possibilidades de ampliação do estudo inédito que estimou a participação das cadeias da agricultura familiar no PIB brasileiro para os demais estados brasileiros. O PIB da agricultura familiar extensivo e ampliado aos estados e outras culturas contempla especificidades regionais e torna esse instrumento mais eficaz para subsidiar os processos de formulação, avaliação e monitoramento das políticas públicas.

E, ainda, a discussão metodológica que deverá subsidiar estudo futuro sobre o dimensionamento, magnitude e localização das populações pobres no Brasil, a qual aborda essa questão considerando, dentre outros aspectos, a renda não monetária das famílias do meio rural, é outro marco inovador trazido pelos estudos desenvolvidos por meio do NEAD/MDA.

A finalização do extenso e minucioso levantamento e sistematização de dados e indicadores estatísticos para a constituição de uma publicação sobre o meio rural brasileiro também aponta para mais um marco trazido pelos estudos promovidos pelo NEAD nesse PCT.

Cabe ressaltar ainda, o papel de vanguarda que o PCT adquiriu na inauguração de estudos em novas áreas, na proposição de inovações teórico-metodológicas, na elaboração de levantamentos e sistematização de dados e indicadores estatísticos, na produção de subsídios para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural e na realização de eventos de difusão dos resultados das pesquisas.

Em relação ao objetivo específico 2, cujo desafio era “fortalecer e qualificar a participação de servidores/as, técnicos/as, gestores/as, conselheiros/as, movimentos e entidades da sociedade civil na gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural”, as atividades foram realizadas segundo previsão do cronograma.

Desde a implantação do PCT, pode-se perceber que a demanda foi muito superior ao previsto. De 20 atividades preconizadas para os 4 anos de projeto, foram realizadas 19 somente entre 2006 e 2007 e 44 até o fim do Projeto.

Qualificaram-se os instrumentos de difusão que permitem ampliar o impacto sobre os beneficiários do Projeto, especialmente por meio do *Portal do NEAD* e do Boletim eletrônico *NEAD Notícias Agrárias* e de um número expressivo de publicações.

O *Portal do NEAD* ganhou novos links, módulos e seções, como a seção *Leituras*, link para cadastro de eventos e notícias pelos usuários, a seção da Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, a seção “Memória e Cultura Popular”, dedicada a difundir essa temática e congrega pesquisadores e especialistas no tema.

Intensificaram-se as atividades de capacitação, com a realização de cursos para técnicos envolvidos na assistência técnica nos projetos de reforma agrária e amadureceu a proposta de ampliação de projetos piloto de inclusão digital nos assentamentos.

A conclusão de diversos estudos e a apresentação dos resultados das consultorias e estudos contratados possibilitaram a edição de um número bastante expressivo de publicações abrangendo alguns dos principais aspectos relacionados às políticas de desenvolvimento rural sustentável.

O Condraf foi fortalecido por meio da produção de subsídios gerais e temáticos, de atividades formativas e de capacitação, bem como da divulgação de suas ações fazendo uso das ferramentas de divulgação do NEAD.

Cabe destacar tanto a diversidade e amplitude das atividades de capacitação sobre desenvolvimento rural para gestores, técnicos e beneficiários quanto a estratégia de produção de material didático para essas atividades, concretizada também por meio da disponibilidade do conjunto de publicações do NEAD para cada uma das atividades e eventos que apóia ou promove por produções específicas.

Quanto às atividades de Educação a Distância, identificou-se também a necessidade de se estender o conjunto da experiência e acúmulo metodológico angariado pelo PCT para o Programa Territórios da Cidadania.

Em relação a publicações promovidas e apoiadas, o PCT acumula cerca de 100 (cem) títulos publicados que ampliaram a difusão dos resultados de pesquisas e projetos de cooperação direcionados a gestores e técnicos, movimentos sociais, especialistas e pesquisadores, dentre outros públicos.



O pioneirismo do PCT na elaboração e implementação de metodologias participativas de capacitação transformou-se em referência também na condução de projetos de inclusão digital no meio rural. Após a conclusão dos projetos-piloto do Ceará e Rio Grande do Norte, a experiência foi transferida para a região Norte do país. Em todos os casos realizados, o desafio colocado foi o de assumir papel de destaque em uma das áreas estratégicas do Programa Territórios da Cidadania, a saber, os Territórios Digitais.



Por último, relativamente ao objetivo específico 3⁶ que, modificado, destinou-se a *“Promover e consolidar ações relacionadas à memória e à cultura popular no meio rural”*, cabe destacar que suas atividades foram igualmente realizadas em respeito ao cronograma previsto, a partir de sua existência.

A mudança no PCT que permitiu a inclusão deste novo objetivo surge da necessidade de o NEAD apoiar iniciativas relevantes no campo da valorização das práticas culturais tradicionais (importante elemento reforçador das identidades coletivas e, por extensão, das sociabilidades e formas de interação e atuação social), bem como as iniciativas voltadas para o campo da memória. Quanto a estas últimas, convém chamar a atenção, entre outras, para as ações de organização/disponibilização de importantes acervos documentais capazes de trazerem nova luz à memória histórica das lutas sociais no campo e, por extensão, à compreensão do papel dessas lutas na conformação e estruturação de mecanismos instituidores do reconhecimento legítimo da temática.

De fato, sem que se atente para essa constelação de poderes articulados no ato de constituir, organizar (ordenar segundo determinados critérios, escolhendo o que permanece e o que é descartado) e tornar disponíveis acervos documentais, dificilmente poderemos compreender adequadamente como se constroem os horizontes de percepção e apreciação de inúmeras questões – entre as quais, evidentemente, a questão da terra. Há, pois, no que concerne às realidades vividas pelos grupos sociais subalternos, em particular aqueles situados nos espaços rurais brasileiros, todo um mundo de ações a serem empreendidas para que se possa cogitar na superação desse estado de coisas, onde impera uma verdadeira “política de

⁶ Em virtude de revisão, realizada no PCT em 2006, diversas atividades antes contempladas em parte nos objetivos imediatos 1 e 2 passaram a ser desenvolvidas no âmbito do novo objetivo imediato 3 que também previu a inclusão de novas atividades.

esquecimento” que, seguida e continuamente, os têm mantido sob uma grossa camada de silêncio – impedindo que se avance nas pesquisas e, por conseguinte, os tem destinado a um perpétuo não-conhecimento. Nesse sentido, o PCT passou a poder dar uma importante contribuição.

Seus destaques são os estudos, expressões, eventos, acervos, publicações e suportes diferenciados de divulgação sobre as mais variadas dimensões da memória e cultura popular camponesa. Trata-se de uma iniciativa destinada a identificar, divulgar e valorizar a memória da história da questão da terra de seus protagonistas e de suas expressões, a qual permanece invisível para a historiografia oficial. Isso significa reconhecer e valorizar as temáticas contempladas por este objetivo específico, inclusive o que diz respeito aos saberes e fazeres tradicionais, como importante referência a serem consideradas na elaboração e implementação das políticas públicas.

As ações concluídas percorreram a memória e as expressões culturais em diversas formas e dimensões: institucional (I PNRA); vivenciada pelos protagonistas (depoimentos); registro formal e alternativo (acervos, fotos, pequenos vídeos, documentários, canções, CD, etc.); memória nas tradições do pensamento social brasileiro (estudos sobre eventos e personagens, publicações etc.); nas expressões culturais e artísticas (eventos, festivais, cinema, CDs etc.); nas publicações; nos suportes de divulgação diferenciados (CD-ROM interativo).

A sessão *Memória* no Portal NEAD disponibiliza um cadastro de pesquisadores e especialistas nesses temas, sendo possível consultar textos sobre personagens e eventos históricos importantes que marcam e revelam o protagonismo social de homens e mulheres do meio rural na construção da sociedade e do Estado brasileiro, algo que a historiografia oficial não aborda, bem como instrumental resultante de pesquisas como “sentimento de reforma agrária, sentimento de república”.

A adoção de uma cobertura a atividades de memória e cultura popular no meio rural propiciou ao NEAD apoiar iniciativas relevantes no campo da valorização das práticas culturais tradicionais (importante elemento reforçador das identidades coletivas e, por extensão, das sociabilidades e formas de interação e atuação social), bem como as iniciativas voltadas para o campo da memória. Quanto a estas últimas, convém chamar a atenção, entre outras, para as ações de organização/disponibilização de importantes acervos documentais capazes de trazerem nova luz à memória histórica das lutas sociais no campo e, por extensão, à compreensão do papel dessas lutas na conformação e estruturação de mecanismos instituidores do reconhecimento legítimo da temática.

5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento do PCT BRA/IICA/003/005 correspondeu ao montante de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais). Três linhas não tiveram previsão orçamentária, a saber: 'Pessoal Internacional', 'Pessoal Nacional' e 'Viagens de Pessoal Permanente'.

QUADRO 1: Orçamento do PCT

LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO TOTAL	
	(R\$)	(%)
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,0
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,0
3 - Capacitação e Treinamento	7.528.403,18	24,3
4 - Viagens Pessoal Permanente	0,00	0,0
5 - Material de Consumo	2.932.967,25	9,5
6 - Equipamentos e Aluguel	122.396,79	0,4
7 - Comunicação e Manutenção	1.155.263,89	3,7
8 - Contratos por Resultados (*)	17.773.608,64	57,3
9 - Diversos	11.169,78	0,0
Subtotal	29.523.809,53	95,2
TIN	1.476.190,47	4,8
Total	31.000.000,00	100,0

(*) Consultorias e Prestação de Serviços

As duas linhas orçamentárias mais expressivas do Projeto ('Contratos por Resultados' e 'Capacitação e Treinamento') absorveram cerca de 81% do orçamento total (Quadro 1).

A evolução da execução financeira vai num crescendo do ano inaugural, 2004, até o quinto ano, 2008, quando atinge seu valor máximo. Este valor praticamente se mantém no ano seguinte, em 2009, para cair no último, 2010. O valor do último ano é o menor da série e tem como explicação o curto período disponível para a execução de gastos (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: Evolução do total das linhas orçamentárias do PCT; 2004/2010 (R\$)



Tomando-se em consideração as linhas orçamentárias mais destacadas, a saber 'Capacitação e Treinamento' e 'Contratos por Resultados', os valores anuais daquela apresentam um pico de máxima em 2008, enquanto os dessa sobem de forma sistemática do começo ao fim do PCT, desconsiderando-se o ano de 2010 que, na verdade, teve apenas três meses para a execução financeira (Gráficos 2 e 3).

GRÁFICO 2: Evolução dos gastos do PCT com Capacitação e Treinamento; 2004/2010 (R\$)

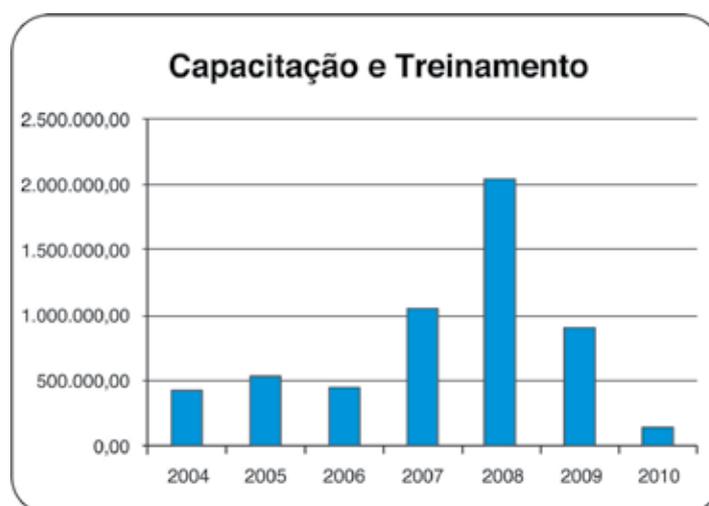


GRÁFICO 3: Evolução dos gastos do PCT com Consultorias e Prestação de Serviços; 2004/2010 (R\$)



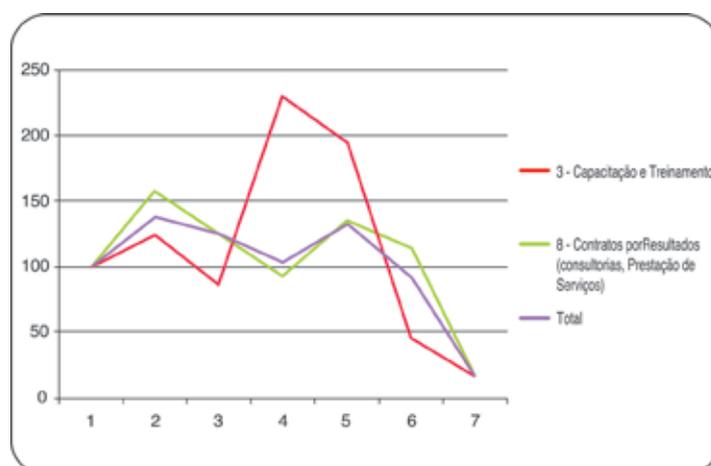
Deve-se observar que os valores superiores a 100 no Quadro 2, refletidos no Gráfico 4, indicam valores absolutos, em reais, superiores ao do ano anterior. Já valores positivos, porém inferiores a 100 indicam que no ano em que tal valor se aplica, o montante financeiro executado foi inferior ao do ano precedente. A partir dessa observação, indica-se 'Consultorias e Prestação de Serviços' como a linha orçamentária de melhor desempenho de todas, já que apresenta, não incluindo 2010, apenas um valor inferior a 100 (na verdade, muito próximo, pois o mesmo foi de 93).

QUADRO 2: Evolução da execução orçamentária (base móvel; %)

LINHA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO (a)	EXECUÇÃO (b)
1 - Pessoal Internacional	0,0	0,0
2 - Pessoal Nacional	0,0	0,0
3 - Capacitação e Treinamento	24,3	18,2
4 - Viagens Pessoal Permanente	0,0	0,0
5 - Material de Consumo	9,5	8,2
6 - Equipamentos e Aluguel	0,4	0,5
7 - Comunicação e Manutenção	3,7	3,4
8 - Contratos por Resultados (*)	57,3	64,9
9 - Diversos	0,0	0,0
Subtotal	95,2	95,2
TIN	4,8	4,8
Total	100,0	100,0

(*) Consultorias e Prestação de Serviços

GRÁFICO 4: Evolução da execução financeira de duas linhas orçamentárias mais significativas e do total (base móvel, %)



Na avaliação da realização orçamentária, constata-se que a execução de 'Contratos por Resultados' caminhou em sentido inverso ao de 'Capacitação e Treinamento', já que enquanto aquela realizou mais do que estava previsto, esta realizou menos. Ainda nesse particular, praticamente o valor ultrapassado em 'Contratos por Resultados' se equipara ao que faltou realizar em 'Capacitação e Treinamento' (Quadro 3).

QUADRO 3: Comparativo entre orçamento total e execução orçamentária (%)

LINHA ORÇAMENTÁRIA	ANOS						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1 - Pessoal Internacional	n.a.						
2 - Pessoal Nacional	n.a.						
3 - Capacitação e Treinamento	100	124	86	231	195	45	15
4 - Viagens Pessoal Permanente	n.a.						
5 - Material de Consumo	100	90	197	83	44	101	23
6 - Equipamentos e Aluguel	100	7	68	293	11	3933	0
7 - Comunicação e Manutenção	100	141	122	64	23	17	11
8 - Contratos por Resultados (*)	100	157	123	93	135	114	17
9 - Diversos	100	384	7	577	12	1642	0
Subtotal	100	137	124	103	132	92	17
TIN	100	137	124	103	132	92	17
Total	100	137	124	103	132	92	17

(*) Consultorias e Prestação de Serviços

6. BENEFICIÁRIOS

6.1. BENEFICIÁRIOS DIRETOS E INDIRETOS DO PROJETO

Os beneficiários diretos e indiretos do PCT BRA/IICA/003/005 são:

- O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD);
- A administração pública federal, em especial as equipes técnicas dos órgãos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Inbra e do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e demais órgãos governamentais federais que atuam no meio rural;
- Os Governos estaduais e municipais, assim como os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural;
- As comunidades dos territórios em geral;
- As agências de cooperação internacional;
- A comunidade técnico-científica, os centros de pesquisa, tanto os envolvidos diretamente no Projeto, como aqueles beneficiados pelo Portal do NEAD e seus serviços; e,
- Os(as) agricultores familiares, assentados(as) pelos programas de reforma agrária, comunidades rurais tradicionais, indígenas e quilombolas, mulheres e jovens que vivem no meio rural.

A tiragem expressiva e o alcance da distribuição das obras produzidas, associados à rede de pesquisadores para intercâmbio técnico, que aumentam progressivamente o número de cadastros no Portal NEAD, são alguns fatores que indicam a constante ampliação do alcance dos beneficiários do Projeto.

6.2. PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS NA IMPLEMENTAÇÃO

Na condição de beneficiários, o NEAD, o MDA, considerado em globo, sua Secretaria Executiva, a SAF, a SDT e o Inbra participam do Projeto interagindo sobre a identificação de ações comuns a serem realizadas, sabendo-se que tais ações corporificam produtos integrantes dos Objetivos Imediatos do Projeto.

Outros Ministérios, como os do Meio Ambiente, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como o da Cultura, entre outros, dividem responsabilidades na condução de programas interministeriais, seja no estabelecimento de critérios e procedimentos, seja na seleção de áreas prioritárias, seja na hierarquização da intervenção.

Os Governos Estaduais e Municipais são parceiros do MDA e nos aspectos cobertos pelo Projeto, desdobram a parceria em iniciativas técnicas que ocorrem em seus territórios. Assim, há participação das entidades federativas na inclusão digital da população rural, nas ações do Programa Territórios da Cidadania, nas iniciativas de capacitação e de participação dos atores sociais.

As comunidades dos territórios de atuação do MDA dão sua quota de participação no PCT ao discutir os instrumentos de participação popular, seja os que lhe são propostos, seja os que as comunidades entendem ser o mais expressivo; colaboram na sua concepção, confecção e uso; dividem a condução das iniciativas de discussão de sua pauta de reivindicações e indicam caminhos para a condução do Projeto, especialmente nos tópicos relacionados ao Objetivo Imediato 4, vinculado à memória e cultura popular.

As comunidades técnico-científicas, os centros de pesquisa e os programas de pós-graduação colaboraram no detalhamento e na orientação de como melhor aplicar os recursos disponíveis no que tange à publicação de livros e teses, sustentação da publicação de periódicos e formação e manutenção de redes de interação entre grupos de pesquisa.

Os(as) agricultores familiares, os(as) assentados(as) pelos programas de reforma agrária, as comunidades rurais tradicionais, os indígenas e quilombolas, as mulheres e os jovens que vivem no meio rural contribuíram, de forma inestimável, na vigilância e na luta pela conquista de seus objetivos, o que levou o Projeto a estar sempre atento a colocar em questão, em primeiro lugar, se as ações previstas eram as mais apropriadas para o público final do desenvolvimento rural brasileiro.



O IICA, como agência de cooperação internacional, emprestou seu apoio técnico permanente e sólido na área de desenvolvimento rural sustentável, bem como na gestão, acompanhamento e enquadramento do Projeto, permitindo que o mesmo pudesse ser desenvolvido durante quase 7 anos sem interrupção de continuidade.

6.3. BENEFICIÁRIOS E SUSTENTABILIDADE DO PCT

A sustentabilidade do PCT, em especial sua sustentabilidade institucional, se deve, por um lado, à formulação de um Projeto desenhado segundo a demanda da Entidade Nacional Executora; e, por outro, à sua necessária flexibilidade programática, já que no momento em foi aprovado e implantado, o MDA, bem como as políticas e programas voltados ao desenvolvimento rural passavam por uma redefinição bastante profunda. Nesse sentido, o PCT acertou ao definir seu foco na produção de estudos, diagnósticos, preparação de bases de dados, todos eles voltados ao estudo e reflexão sobre o desenvolvimento rural brasileiro, aliado à ampliação e aprofundamento da participação social nos instrumentos programáticos do MDA. Em momento de mudança de contexto político e institucional, foi realizada revisão substantiva específica, alterando o Objetivo Imediato 2 pelo Objetivo Imediato 4, com o que pôde realizar ações importantes para a comunidade rural.

6.4. INTERAÇÃO ENTRE SETOR DO PCT E OUTROS SETORES

O Projeto propiciou, ao longo de quase 7 anos, ricas interações tanto na esfera do setor público quanto na instância da comunidade rural. Em ambos os casos, esta interação suscitou o aparecimento de interfaces com outros segmentos socioeconômicos circunvizinhos.

Deve-se mencionar que a interação não foi do Projeto com outros setores, mas do setor ao qual se dirigiu o Projeto com os assim chamados setores circunvizinhos. Assim, por exemplo, o PCT tornou possível o aporte técnico em diversas atividades no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, que promoveram sua interação com diversos setores como saúde, educação, previdência, transportes, eletricidade, etc. O mesmo se deu com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), chamando a atenção para sua interface com o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com repercussões sobre a produção e comercialização de alimentos e sua repercussão sobre a educação, dado o elo que o PAA mantém com a alimentação escolar.



Na esfera da intercomunicação, a inclusão digital e o Portal NEAD estimulam a troca de experiências entre interessados, o registro de casos, as sugestões de ações, as cobranças e uma série inumerável de interação que fogem ao controle seja do Projeto, seja do NEAD.

7. IMPREVISTOS E RISCOS DA GESTÃO DO PCT

Dois aspectos podem ser focalizados quando o assunto é formado pelos imprevistos e riscos que incidem sobre um dado projeto. O primeiro diz respeito à sua ocorrência; e o segundo tem a ver com os efeitos que provoca no Projeto. No presente capítulo, este Relatório dá conta de episódios selecionados que ajudam a entender e a avaliar a implementação do Projeto em toda sua extensão.

De qualquer forma, analisando o Projeto que ora se relata, riscos e imprevistos não foram de sorte a ameaçar sua existência em toda sua duração.

Igualmente, nota-se que muitos de seus produtos foram integralmente alcançados e mais que isso, tiveram que ser reformulados para patamares quantitativos superiores aos inicialmente estabelecidos, uma vez que a demanda por tais produtos superou a expectativa inicial.

A seguir, uma apreciação de aspectos selecionados sobre imprevistos e riscos.

7.1. IMPREVISTOS

Um evento imprevisto é aquele cuja probabilidade de ocorrência não pode ser estabelecida de antemão.

Nesse particular, a mudança do Objetivo Específico 3 pode ser tomada como um exemplo de um imprevisto ocorrido em uma das fases iniciais do Projeto. Tanto os técnicos que participaram da elaboração do PCT quanto os dirigentes do MDA, da ABC e do IICA que o aprovaram, não puderam prever que tal Objetivo viesse a ser eliminado do Projeto. Ou seja, mesmo estabelecido e aprovado, tal objetivo foi progressivamente deixado de lado porque a Entidade Nacional Executora passou a buscá-lo por outros meios institucionais. Tal alteração, fruto da decisão política do MDA, veio de sua contínua qualificação no que se refere à concepção e execução da política fundiária e de desenvolvimento rural do Governo Federal ao longo da existência do PCT.

A propósito, deve-se mencionar que a mudança do Objetivo Específico 3 original não trouxe qualquer prejuízo para o público beneficiário, já que os serviços originalmente nele propostos passaram a ser prestados por outro arranjo institucional do MDA. Em seu lugar, foi estabelecido um objetivo substituto, que contribuiu, por meio de uma abordagem cultural, para a preservação da memória nacional no que tem a ver com a reforma agrária e com o desenvolvimento rural no terreno da cultura popular.

7.2. RISCOS

Considera-se risco todo evento incerto, mas previsível, que ao atingir um Projeto, causa mudança em sua orientação original ou redução de sua eficiência e eficácia.

A configuração do PCT ocorreu numa ocasião de transição entre duas conduções distintas da política nacional de desenvolvimento rural. Por isso, se argumenta que a 'turbulência institucional' iria ter alguma influência sobre a formatação e condução do Projeto como de fato teve. Dessa maneira, como costuma acontecer com a maioria dos projetos, a incerteza das mudanças determinou a compreensão de que havia um risco para o Projeto.

Ainda assim, o risco experimentado pelo Projeto não foi extremo (como seria, por exemplo, o risco de extinção), nem mesmo relevante, já que o Projeto cumpriu uma significativa parte de seus compromissos, tendo seu prazo e orçamento ampliados.

8. COMENTÁRIOS SOBRE A ESTRATÉGIA DO PCT

O MDA como Entidade Nacional Executora do PCT BRA/IICA/003/005 conta com um Núcleo (NEAD) preparado funcionalmente para apoiar tecnicamente a concepção, coordenação e execução dos programas voltados ao desenvolvimento rural a cargo do Ministério. O NEAD foi criado em 1997, como resultado de um Acordo de Empréstimo do Banco Mundial. Este Acordo e um Projeto de Cooperação Técnica assinado pelo NEAD, ABC e IICA, ainda em 1997, firmaram as bases para o funcionamento e estruturação do Núcleo, aspecto fundamental para a implementação do presente PCT.

8.1. ELEMENTOS GERAIS DA ESTRATÉGIA

Em termos de conteúdo, a estratégia inicial do PCT levou em conta, por um lado, a ampliação do reconhecimento da importância econômica e social da reforma agrária, da agricultura familiar e da promoção da igualdade no desenvolvimento rural. Esta ampliação permitiu superar as tarefas até então desenvolvidas, voltadas para incluir na agenda do Estado brasileiro a legitimidade e a necessidade da incorporação das demandas pelo acesso a direitos fundamentais das populações rurais. Levou em conta, por outro lado, a remodelação institucional na área do desenvolvimento rural para o enfrentamento das novas demandas.



Considerando estes dois aspectos, a direção nacional do Projeto considerou prudente conduzi-lo adotando certo grau de flexibilidade quanto aos objetivos, atividades e orçamento. Assim, ao tempo em que o mesmo era paulatinamente implementado, recolhia novas demandas do mundo rural bem como dialogava com o entorno para adequar sua atuação às novas responsabilidades do MDA.

Como resultado desse posicionamento, a direção nacional realizou duas revisões principais ao longo do período de vigência do Projeto.

Na primeira revisão levada a cabo em novembro de 2006, a direção considerou as funções da nova Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do MDA, dentre as quais, a que absorveu as atividades previstas no Objetivo Específico 3 do Projeto e que diziam respeito ao Observatório do Desenvolvimento Rural. Em resposta a esta alteração, o Projeto incorporou um objetivo voltado à promoção e consolidação da memória e cultura popular no meio rural. Ademais, o orçamento foi ampliado e o prazo de execução foi estendido em dois anos, de dezembro de 2007 a dezembro de 2009.

Outros fatos relevantes que serviram de base para a orientação do Projeto foram a implantação do Programa Territórios da Cidadania, o Plano Safra Mais Alimentos e a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS) ocorrida no primeiro semestre de 2008, tendo por tema “Por um Brasil Rural com Gente: sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade”.⁷

Para adaptar o Projeto a estas mudanças, foi promovida a segunda revisão, em 2008, que buscou cumprir os seguintes objetivos:

- ampliar os recursos orçamentários;
- ajustar as fontes de recursos orçamentários; e,
- redistribuir o saldo orçamentário e o valor acrescido entre as diferentes linhas orçamentárias.

Ancorado na nova configuração de objetivos, atividades e recursos, o PCT pôde realizar um conjunto significativo de ações. Em particular, cabe registrar sua contribuição para a constituição de um cenário de debates e redesenho de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável calcados num estreitamento do diálogo com movimentos e entidades representativas da sociedade civil. Como resultado desse diálogo, obteve-se uma ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas econômicas e sociais vinculadas à reforma agrária, a agricultura familiar e às comunidades tradicionais, na maneira como esses processos eram percebidos pelos próprios atores sociais. Transcorridos praticamente cinco anos de seu início, era o momento do PCT apoiar, por meio de ações e atividades específicas ao seu alcance,

⁷ A I CNDRSS constituiu-se em um marco para o Projeto. Tendo por princípio norteador o “apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável”, o processo de construção da Conferência exprime de forma fiel a linha norteadora do PCT. Realizada em três etapas – preparatória, estadual e nacional –, totalizando mais de 230 eventos, com 27 mil participantes e 1.581 delegados eleitos para a etapa nacional, divididos entre agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, integrantes de comunidades indígenas e quilombolas de todos os 26 estados do País e DF. A I CNDRSS gerou um documento em que aponta as novas diretrizes para as políticas públicas destinadas a promoverem o desenvolvimento rural sustentável e solidário, expressando um Brasil rural que contempla as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas e ribeirinhos.

medidas de refinamento e aprimoramento dos vetores do desenvolvimento rural desenhados ao longo dos anos anteriores, o que incluía a eficiência de gestão e a eficácia de resultados

Por último, veio a necessidade de considerar uma terceira revisão, acordada em 2009, com o objetivo estrito de permitir que trabalhos de grande envergadura e em andamento pudessem chegar ao seu termo final sem grandes prejuízos. Trata-se de uma revisão tática, que prolongou por três meses a vigência do Projeto.

Nessa estratégia, a cooperação internacional, expressa pela presença do IICA, ocupa um lugar central. Isso se deve ao reconhecido compromisso do Instituto com a modernização do setor rural, promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento rural que integra a sustentabilidade ambiental e a equidade social. A sinergia de interesses entre o MDA/NEAD, ABC e IICA permitiu que desde as tarefas mais simples até as decisões mais complexas pudessem ser feitas em clima de cooperação e apoio mútuo.

8.2. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A estratégia operacional do Projeto estruturou-se a partir de vários instrumentos, recursos, meios e procedimentos.

O instrumento programático típico do PCT é o Plano Operativo da Cooperação Técnica, elaborado anualmente. A elaboração desses Planos esteve sob a responsabilidade da Coordenação Executiva do Projeto. Cada Plano Operativo Anual seguiu um ano fiscal, tendo como conteúdo básico, aprovado pela ABC, os seguintes elementos:

- Objetivos e produtos específicos a serem obtidos durante o ano;
- Detalhamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Recursos humanos e insumos necessários para a implementação do Projeto;
- Cronograma físico e orçamentário.

O Projeto contou com apoio técnico-administrativo para melhor desempenho de suas atividades. Este apoio técnico consubstanciado pela participação de especialistas pertencentes ao quadro permanente do IICA, quando ocorreu, foi solicitado à:

- (i) Direção-Geral do IICA, situada em San José, Costa Rica;
- (ii) Representações do IICA, situadas em outros países; e
- (iii) Representação do IICA no Brasil, localizada em Brasília, DF.

A organização institucional para a execução do Projeto fez-se de acordo com o

organograma representado na Figura 1, que encontra-se regida pelas normas estabelecidas e aceitas pela ABC, MDA/NEAD e IICA.

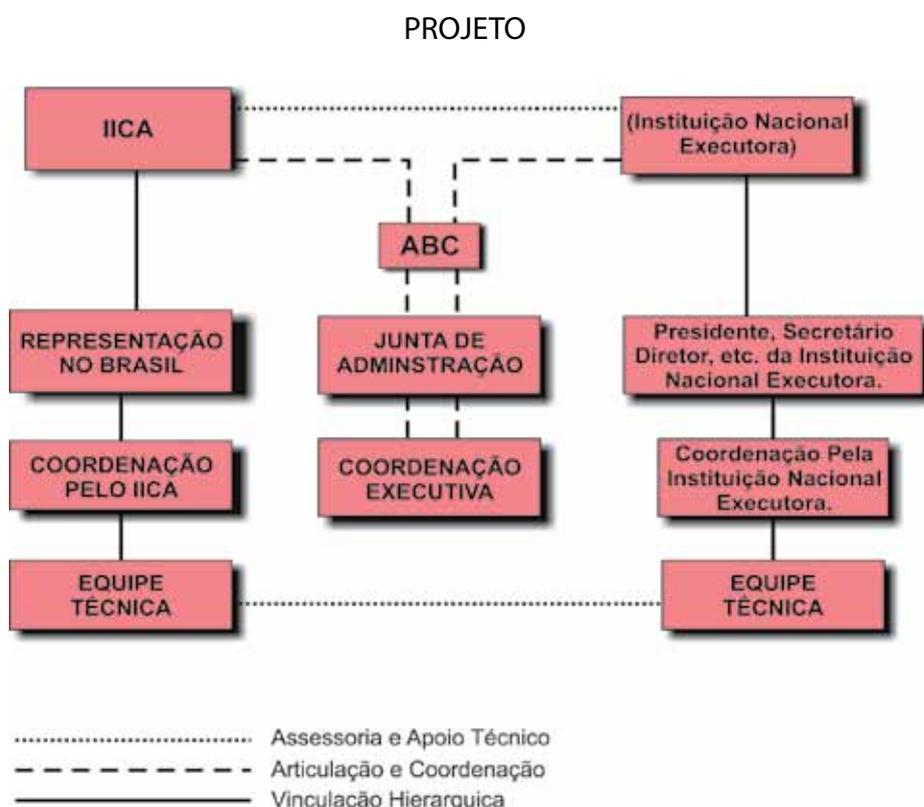


FIGURA 1. Relacionamento Institucional para a execução do Projeto

O Projeto foi administrado e coordenado por:

- Uma Junta de Administração, integrada pelo Diretor-Geral da ABC, pelo Coordenador do MDA/NEAD e pelo Representante do IICA no Brasil;
- Uma Coordenação Executiva, integrada por três membros, cabendo ao MDA/NEAD a indicação de um funcionário de seu quadro, como Coordenador e Ordenador de Despesas e ao IICA, quando necessário, um Coordenador de Enlace, contratado com recursos do Projeto e um funcionário de seu quadro para atuar como Supervisor do Projeto.

A equipe de especialistas e consultores contratada pelo Projeto esteve sob a coordenação e supervisão técnica do NEAD e IICA, o qual contou com o apoio de especialistas permanentes da Representação do IICA, em Brasília, tanto técnico como administrativo.

Dada a importância da preparação acadêmica e da experiência dos especialistas e dos consultores e da alta especialização das instituições de ensino e pesquisa técnica envolvidos com a execução do Projeto, o processo observou os seguintes procedimentos:

- No recrutamento e seleção dos candidatos:
 - Descrição das funções a serem desempenhadas, bem como dos requisitos em termos de especialização, preparação acadêmica e experiência profissional.
 - Indicação, após processo seletivo, pelo MDA/NEAD, das instituições, especialistas e consultores;
 - Contratação, pelo IICA, das instituições, especialistas e consultores indicados. Para tanto, o IICA emprega seus procedimentos, regulamentos e as normas internacionalmente reconhecidas.
 - Execução dos trabalhos contratados baseadas no Projeto e num Termo de Referência adaptado às funções do Contratado e aos meios disponibilizados ao seu trabalho.
- Na comprovação do trabalho realizado cabe às instituições, consultores e especialistas a apresentação de relatórios técnicos, na forma prevista nos termos de referência, que serão avaliados pelo MDA/NEAD e IICA.

8.3. ADEQUAÇÃO DO HORIZONTE TEMPORAL E DOS RECURSOS DO PCT

A intensa demanda dos grupos e redes sociais articulados pelo PCT por alguns de seus produtos tornou insuficiente o tempo proposto para sua execução. Na área orçamentária foi possível desenvolver soluções que vieram a contemplar o acréscimo da demanda. Por este motivo, o PCT sofreu prorrogações para, com este recurso, satisfazer a maior parte das expectativas a respeito de suas realizações.

No caso, a disjuntiva entre quantidade e qualidade dos produtos e o tempo para sua execução ao invés de converter-se em um indicativo de problemas operacionais e de concepção foi, na verdade, um elemento de ratificação da adequada formulação do PCT pois permitiu que a demanda fosse o elemento em torno do qual se desenvolveram as gestões para novos acréscimos orçamentários e prolongamento do período de execução do Projeto.

Na mesma linha argumentativa, os recursos financeiros foram adequadamente utilizados na execução do Projeto.

8.4. EFICÁCIA DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A produção de publicações técnico-científicas, documentários e iniciativas de capacitação em que tomaram parte atores sociais, técnicos e autoridades públicas deixam patente a extensa rede de articulação institucional de que se valeu o Projeto na sua execução.

Ao fim de um longo trabalho de articulação para o cumprimento das obrigações e compromissos, a equipe do PCT entende que ocorreram algumas falhas – muitas delas corrigidas durante o processo –; mas, que, não macularam os resultados previstos. A extensa lista de parceiros e cooperantes era, de outra forma, um elemento indicador do meio social para o qual o Projeto tinha sido concebido. Desde o início, sua operação pressupunha um intenso relacionamento com parceiros e colaboradores nas esferas federal, estadual e municipal, bem como pessoas e instituições de destaque da sociedade civil, já que a marca do MDA é a co-participação na implementação da política nacional de desenvolvimento rural.

Essa característica da ação pública federal na área do desenvolvimento rural, incluindo a agricultura familiar e os assentados pela reforma agrária foi absorvida pelo Projeto e integrou, desde o primeiro momento, sua dinâmica de atuação.

Dada tal particularidade da ação pública federal em geral e do PCT em particular, fica registrada a sugestão de que a articulação institucional desenvolvida pelo Projeto fosse objeto de um exercício formal de avaliação, tendo em vista seu vigor e sua complexidade. Recomenda-se ainda que essa avaliação específica identifique indicadores e processos de monitoramento e documentação do projeto, que assume a prioridade de promover intensa articulação institucional, amplo leque de parcerias e opção por resultados como linha de disseminação de produtos.

9. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade dos projetos de cooperação técnica internacional dependem tanto de condições gerais e estruturais, quanto de elementos da conjuntura econômica, política e institucional, ademais de recursos e modelos de gestão específicos de cada um PCT consideradas suas idiossincrasias.

Por condições gerais e estruturais entende-se os recursos tanto do IICA quanto do MDA colocados à disposição do NEAD para a execução do PCT. São gerais e estruturais porque se referem à infraestrutura institucional, aos ambientes específicos para o desenvolvimento do trabalho e englobam um conjunto de recursos de apoio e fortalecimento das ações previstas na cooperação, todos eles não considerados nas disponibilidades orçamentárias do Projeto. A manutenção de uma estrutura de apoio tanto do IICA quanto do MDA são fundamentais para apoiar os PCT nos momentos de dificuldade e de complexidade operacional em que a solução de continuidade pode determinar o fim precoce dos projetos. Neste particular, o depoimento unânime tanto do IICA quanto do MDA é que a sustentabilidade do PCT não foi ameaçada.

No caso dos elementos conjunturais, sejam eles econômicos, políticos e institucionais, a sustentabilidade do PCT fica à mercê de elementos de difícil acesso por parte dos gestores da cooperação técnica. Algumas vezes, o Projeto deve conviver com dificuldades conjunturais que, pelo seu caráter, em tempo relativamente breve se dissolvem e deixam de ameaçar sua execução. Nestes casos, a ação de co-participação entre a Entidade Nacional Executora e o IICA costumam oferecer se não a solução para problemas conjunturais emergentes pelo menos o delineamento de alternativas estratégicas para o encaminhamento de soluções compatíveis com as dificuldades conjunturais.

Por último, estão as medidas diretamente vinculadas à ação de gestão do Projeto. Tais medidas conferem sustentabilidade ao PCT na medida em que sua implementação leve em conta não somente uma estratégia compatível com os compromissos assumidos, como também um permanente diálogo entre todas as partes envolvidas, sejam elas as patrocinadoras das ações, as formuladoras de processos técnicos, institucionais e legais, assim como a atitude dos parceiros públicos e privados que permanentemente interagem com a direção do Projeto.

9.1. MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE

As medidas (gerais e estruturais) de sustentabilidade do Projeto dividiram-se em dois grupos:

- a) Aquelas que estavam diretamente ao alcance da Entidade Nacional Executora e/ou do IICA; e,
- b) Aquelas que implicavam em negociações de caráter político-institucional, situadas na esfera de decisão ministerial.

Segundo este ordenamento, a sustentabilidade do Projeto dependeu de medidas de estruturação da sua administração e manutenção de sua higidez durante todo seu horizonte temporal. Assim, a sustentabilidade dependeu de estabelecer normas, instrumentos e procedimentos consistentes com a demanda do Projeto, ademais da supervisão que sobre eles foi feita pela Junta de Administração.

No que se refere às negociações de caráter político-institucional, a sustentabilidade do Projeto dependeu das evidências favoráveis e contrárias ao Projeto, que foram surgindo ao longo de sua execução. Frente a essas evidências, de um tipo e outro, foram adotadas medidas de negociação, ora para ampliar recursos, ora para realocá-los de um objetivo a outro ou mesmo de um produto a outro e, no extremo, o convencimento para abandonar objetivos em prol de outros que iam se mostrando mais viáveis e apropriados. Nesse caso, a correta dose de flexibilização do Projeto, mediante realização de revisões específicas, pareceu ser a melhor medida de sustentabilidade para que o mesmo se prolongasse além de seu horizonte temporal originário e mostrasse credibilidade para receber um aporte adicional de recursos.

Praticamente, não houve ocorrência de conjunturas negativas à execução do PCT ao longo de sua existência. A crise econômica mundial atingiu o País em menor proporção quando comparado com outras regiões do mundo e aqui se manifestou praticamente na fase final do Projeto. Do ponto de vista institucional, o Projeto se beneficiou da continuidade da orientação política durante dois mandatos presidenciais.

Por fim, as medidas de sustentabilidade internas ao Projeto disseram respeito à escolha de seus condutores no âmbito do NEAD bem como ao permanente intercâmbio de informações com a equipe técnica do IICA. Tal intercâmbio não somente permitiu manter um grau de informação pleno para todas as partes envolvidas como possibilitou a existência de capacitação contínua das equipes.

9.2. FATORES DE SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

O grande fator de sustentabilidade do Projeto foi a aceitação dos produtos nele contemplados por seus parceiros, colaboradores e destinatários. O delineamento do PCT que permitiu a criação de uma área de interesse comum possibilitou desenvolver sinergia entre os interessados e participantes ao longo de toda sua existência.

Outro fator de sustentabilidade se refere ao momento em que o Projeto teve início, pois coincidiu com a maturidade da decisão política de conferir prioridade à agricultura familiar. Associado a isso, ressaltou-se o bom momento econômico vivido pelo País, que permitiu ao Governo Federal honrar grande parte de seus compromissos com os agricultores familiares e assentados da reforma agrária.



9.3. RECOMENDAÇÕES SOBRE O IMPACTO

É usual e desejável que o Relatório Final traga algumas considerações sobre as possibilidades de aumento do impacto dos projetos de cooperação técnica. Evidentemente, tais recomendações devem ser feitas à luz da experiência vivida na execução do Projeto em tela. Para tanto, é necessário saber distinguir entre risco e imprevisto como, aliás, já está estabelecido neste Relatório. Porém, um passo importante tem a ver com a ideia do que seja um 'impacto' do Projeto.

Assume-se a existência de três categorias da teoria da avaliação para que se possa situar, corretamente, o 'impacto'. As três categorias são 'esforço', 'resultado' e 'impacto'. O 'esforço' é uma medida de eficiência e se circunscreve ao âmbito do manejo dos recursos disponibilizados pelo Projeto. Já o 'resultado' e o 'impacto' se situam na esfera da eficácia, sabendo que o 'resultado' é o que pode ser alcançado pelo Projeto a partir do emprego eficaz de seus recursos, combinados com situações favoráveis do entorno em que se desenvolve o Projeto. Por fim, o 'impacto' é a transformação que sofre o mundo real, destinatário final da ação do Projeto, em função de sua existência e poder de transformação.

Desta forma, e em termos didáticos, as recomendações deveriam se orientar ao 'esforço', 'resultado' e 'impacto' para evitar confusões e frustrações desnecessárias.

A partir desta compreensão, as recomendações apresentadas a seguir são muito mais apropriadas para o 'esforço' e 'resultado' do que para o 'impacto'. Ainda assim, é bastante imprecisa a fronteira das recomendações para um e para outro caso. Tal como se argumenta nesse item, a precisão das recomendações aumenta à medida que elas nasçam da análise de cada uma das ações empreendidas ou, pelo menos, das linhas de ação, pois cada uma delas

dispõe e se desenvolve a partir de uma lógica própria e interna. Não se descarta, por óbvio, que recomendações gerais possam atender tanto o 'esforço' como o 'resultado'.

Sabendo, portanto, da imprecisão salientada, a experiência do PCT permite recomendar:

- Melhorar a estrutura do órgão indicado pela Entidade Nacional Executora para a condução do Projeto.
- Estabelecer a cadeia completa dos produtos que operacionalizam os objetivos, de forma a contratar produtos segundo sua 'cadeia de produção'.
- Negociar prazos compatíveis com a complexidade das tarefas para os Consultores e Entidades Contratadas.
- Capacitar previa e permanentemente todos os profissionais envolvidos em sua concepção, execução e avaliação.

Com relação ao 'impacto', é necessário ter em conta que o 'impacto' se refere ao mundo real, ponto de fuga de todo e qualquer projeto e, que, portanto, recebe a carga de influência de inúmeras iniciativas, inclusive a do Projeto. Por isso, um modelo de avaliação de impacto há de ser, necessariamente, um 'modelo aberto', que leve em consideração um leque de intervenções e, como tal, as que o Projeto não tem como interferir.

Por fim, porém como primeira providência, as Entidades Executoras, o IICA e a ABC deveriam tomar como relevante a necessidade de prever recursos e condições para que todo e qualquer Projeto de Cooperação Técnica possa ser avaliado, não só porque permitiria conhecer com mais pertinência o funcionamento e efeitos do Projeto, mas também porque forneceria subsídios valiosos para a continuidade ou não das ações encerradas.

10. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Cingindo-se ao campo específico de atuação do PCT na esfera institucional do MDA, o que significa ter em consideração a função do NEAD; e no âmbito do processo de desenvolvimento rural brasileiro, há dois comentários a serem feitos quando se trata de comparar o “antes” com o “depois”.

Em termos da Política Nacional de Desenvolvimento Rural, a situação “antes” identificava a luta da sociedade civil organizada vinculada ao mundo rural em legitimar suas teses junto ao estado. No tempo ‘depois’, tais teses estão legitimadas e o desafio se coloca na instrumentação, melhor e maior alocação de recursos e redefinição de prioridades.

No caso da participação popular na concepção, execução e avaliação dos projetos e programas voltados ao público do MDA, a diferença entre o ‘antes’ e o ‘depois’ está espelhado no vigor dos movimentos locais, regionais e nacionais, por meio de encontros, seminários e conferências nacionais.

No que se refere ao suporte material para o aprofundamento de estudos, levantamentos, avaliações e reflexões sobre a realidade e as perspectivas da agricultura familiar, dos assentamentos, dos quilombolas, dos indígenas e grupos tradicionais do meio rural, passou-se de um ‘antes’ desprovido de meios para a publicação de estudos, teses, periódicos; desarticulado na comunicação dos grupos temáticos para uma situação ‘depois’ em que um manancial de produção intelectual pode ser estabelecido tanto em termos de produção quanto em termos de intercâmbio e de comunicação dos grupos interessados.

Menos intensos foram os resultados do PCT na área da Memória e da Cultura Popular, com o que não se pode garantir uma diferença pronunciada entre o ‘antes’ e o ‘depois’, mesmo porque o objetivo correspondente foi introduzido a meio caminho da execução do projeto e, como se dará conta, o tema proposto apresenta uma dimensão agigantada num país como o Brasil, que dispõe de uma cultura popular reconhecidamente rica, diversa e bastante ampla. Dessa forma, a modificação do terceiro objetivo imediato não era a garantia de que o projeto transformaria o tema; apenas daria os primeiros passos, porém em condições de reunir experiências que permitissem reorientar as ações desejadas, seja no âmbito estritamente ministerial seja na esfera interministerial, o que parece mais adequado, já que o Governo Federal conta com um Ministério da Cultura.

No que se refere à dinâmica de atuação do PCT, merecem destaques a extensa rede de articulação institucional formada, bem como o caráter de coparticipação na implementação da política nacional de desenvolvimento rural, como marca do MDA. Nessa perspectiva, sugere-se

que a articulação institucional desenvolvida pelo Projeto seja objeto de um exercício formal de avaliação, tendo em vista seu vigor e sua complexidade. Recomenda-se ainda que essa avaliação específica identifique indicadores e processos de monitoramento e documentação do projeto.

Por fim, em linhas gerais, sugere-se que, na fase de planejamento dos PCTs, as Entidades Nacionais Executoras, o IICA e a ABC devem considerar a necessidade de prever recursos e condições para que todo e qualquer projeto de cooperação técnica possa ser avaliado, a fim de conhecer com mais pertinência o funcionamento e efeitos do projeto, bem como fornecer subsídios valiosos para a tomada de decisões.

11. LIÇÕES E REFLEXÕES

As lições e reflexões aqui colhidas parte do pressuposto de que antes da existência do NEAD e, por conseguinte do PCT, houve um arrefecimento da discussão da questão agrária brasileira nos centros de pesquisa acadêmica. A partir dessa compreensão, o NEAD assumiu a função de contribuir para a ampliação e aprofundamento da análise crítica do mundo agrário e da ação estatal nessa área, com o apoio do PCT. Para executar tal função, o Núcleo apoiou a publicação de livros, periódicos e teses, bem como sua divulgação. Nesse contexto, o PCT contribuía com um impulso inicial ao revigoramento da discussão sobre a agricultura familiar como condição necessária para um debate dinâmico no País.

Nesse momento, parece razoável considerar que o acúmulo de experiência e atuação que o PCT propiciou ao NEAD foi de molde a poder afirmar sua substantiva contribuição (do PCT) à efetivação das atribuições e competências do NEAD, qual seja, concorrer para a ampliação e aperfeiçoamento das políticas públicas de desenvolvimento rural, de reforma



agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais, mediante a constituição de um espaço de fomento à reflexão, divulgação e articulação institucional com diversos centros de pesquisa, universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais e agências de cooperação, nacionais e internacionais.

Em particular, cabe registrar sua contribuição para a constituição de um cenário de debates e redesenho de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável calcados num estreitamento do diálogo com movimentos e entidades representativas da sociedade civil. Como resultado desse diálogo, obteve-se uma ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas econômicas e sociais vinculadas à reforma agrária, a agricultura familiar e às comunidades tradicionais, na maneira como esses processos eram percebidos pelos próprios atores sociais. Transcorridos praticamente cinco anos de seu início, era o momento do PCT apoiar, por meio de ações e atividades específicas ao seu alcance, medidas de refinamento e aprimoramento dos vetores do desenvolvimento rural desenhados ao longo dos anos anteriores, o que incluía a eficiência de gestão e a eficácia de resultados

O PCT alcançou resultados qualitativos e quantitativos superiores aos inicialmente esperados, o que se expressa pelo crescente reconhecimento e legitimidade técnica que vem obtendo tanto junto às entidades representativas dos movimentos sociais rurais, quanto

aos centros produtores de pesquisa e reflexão sobre a realidade rural brasileira e os órgãos governamentais em todos os níveis.

Em geral se reconhece que livros, periódicos e teses acadêmicas se submetem às peculiaridades da disseminação difusa, o que implica dispor de um tempo relativamente longo para a maturação do novo conhecimento e dos valores pelos quais se luta em termos de política institucional, matéria que não isenta de polêmicas.

Sem adentrar no mérito de eventuais divergências entre acadêmicos e gestores de programas do MDA quanto às contribuições advindas da produção do NEAD com apoio do PCT, podem ser destacados os seguintes pontos:

- A matéria central dos produtos do PCT é o conhecimento, teórico e aplicado à agricultura familiar e desenvolvimento rural.
- Ao ser construído livremente nas universidades, o conhecimento objetivado em produtos do PCT não necessariamente apoiarão programas e projetos do MDA em vigor durante a existência do PCT, uma vez que a matriz teórica do conhecimento realizado pode não coincidir com a utilizada pelo MDA no período de existência do PCT. Ainda que coincidissem ou que se somasse à matriz teórica em uso pelo MDA, o caráter por vezes geral e abstrato (e histórico) dos estudos impõe um tempo de maturação às vezes de média, às vezes de longa duração, o que é próprio da disseminação difusa. Ainda mais, em sendo aplicado, o estudo pode apresentar diferenças substanciais de enfoque em relação aos utilizados pelo MDA, o que sugere uma etapa de aproximação e redução das diferenças de conteúdo e percepção. Mas essa é estratégia de construção natural do conhecimento e de suas contribuições para o aperfeiçoamento ou transformação de políticas públicas.

O PCT deu um grande impulso à valorização do protagonismo do agricultor familiar seja na economia rural brasileira, seja na economia nacional, especialmente no momento de crise internacional que se refletiu no País. Ou seja, como resultado da estratégia empregada, obteve-se uma ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas econômicas e sociais vinculadas à reforma agrária, à agricultura familiar e às comunidades tradicionais, na maneira como esses processos eram percebidos pelos próprios atores sociais.

Um ponto positivo do Projeto, de maneira inequívoca, foi não haver sofrido solução de continuidade ao longo de sua existência. Descobriu-se no período de sua vigência haver mais demanda para seus produtos que a inicialmente suposta. Para dar cobertura à demanda, os recursos foram complementados e o prazo dilatado. Porém, pouco se sabe sobre a 'calibragem': O que foi feito é suficiente? Com as ações concretizadas, o ciclo virtuoso teria se completado? As

ações adquiriram uma inércia sem volta? O certo é que não houve incerteza do lado da oferta. Pode-se dizer que toda incerteza reside no lado da demanda.

O PCT orientou seus produtos à sociedade civil, esperando uma interação entre eles e ela, para, a partir daí, intervir nas políticas agrárias a cargo do MDA. Nesse contexto, o Projeto supõe a existência de uma 'inteligência' que escolhe a melhor linha de financiamento e definição de prioridades. Entre tantas possibilidades, o projeto privilegia uma perspectiva e aposta nela. É inevitável que isso ocorra. Ao se dar dessa forma, a escolha está feita. Será o melhor, no presente e no futuro?

ANEXOS

ANEXO 1

VISÃO DO DESEMPENHO DO PROJETO SEGUNDO OBJETIVOS ESPECÍFICOS, PRODUTOS E ATIVIDADES.

OBJETIVO ESPECÍFICO 1

Promover estudos sobre as políticas de desenvolvimento rural, o intercâmbio e a cooperação técnica e científica entre os atores sociais

PRODUTO 1.1

Rede de cooperação técnica e científica sobre desenvolvimento rural constituída e funcionando

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.1.1 – Definir as bases de cooperação técnica e científica com as instituições e grupos de pesquisadores	Atividade integralmente implementada. Bases de cooperação técnica e científicas definidas e estabelecidas com as instituições nacionais e estrangeiras. As nacionais estão nos estados do RJ (UFRRJ/CPDA; UFRJ/ASEPA; UFRJ/FAPUR, FEC/UFF), PB(UFCG); RS (UFRGS/PGDR); SC (UFSCAR); SP (USP/FUSP e UNICAMP/FUNCAMP; UNICAMP/FECAMP; ESALQ/Fealq; UNESP/Fundacte, UNIMEP); PE (UFPE/FADE);RN (UFRN/FUNPEC); DF (UnB/Fubra) MG (UFMG/FUNDEP); PR(UEL). A estrangeira refere-se à Universidade de Paris, França. Além dessas, devem ser destacadas as atividades de cooperação com a ABDA, ABA, SBPC, SBS, Anpocs e CIS, envolvendo ações de apoio à pesquisa discente; de estímulo à produção nas áreas do direito, comunidades quilombolas, mulheres; estudos sobre dimensões e temas do desenvolvimento rural; promoção e divulgação de iniciativas dos centros e grupos de pesquisa; organização e disponibilização de acervos.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
<p>1.1.2 – Promover e desenvolver pesquisas, consultorias e outras atividades no âmbito da cooperação técnica e científica.</p>	<p>Atividade integralmente implementada. Realizados 56 Estudos e pesquisas nos temas relacionados ao desenvolvimento rural, reforma agrária e agricultura familiar, dentre os quais se destacaram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo sobre o perfil e a composição da juventude junto aos movimentos sociais no Brasil (UFRJ/FAPUR); • Estudo sobre as atividades produtivas dos projetos de assentamento e de sua inserção no mercado (Fealq); • Estudo, difusão e formação sobre alternativas atuais de políticas públicas sobre o desenvolvimento nacional e regional, com ênfase na questão agrária e agrícola; • Estudo sobre a reforma agrária no Pensamento Social Brasileiro (UFMG); • Estudo sobre o perfil do meio rural brasileiro (DIEESE); • Rede de Memória das lutas sociais no campo (UFRJ/ASEPA) • Estudo sobre o nível de atividade do agronegócio da agricultura familiar no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul (FIPE); <p>Apoio à pesquisa discente sobre a temática de desenvolvimento rural e temas correlatos por meio da concessão de 8 bolsas, sendo 5 de Doutorado e 3 de Mestrado, tendo como contraparte a elaboração de um artigo inédito e original sobre a temática.</p>
<p>1.1.3 – Apoiar a constituição e consolidação de núcleos de estudos sobre o meio rural.</p>	<p>Atividade integralmente implementada.</p> <p>Apoio à 10 núcleos de estudos vinculados à UFRRJ/CPDA; UFCG; UFSCAR; UFRGS; UFMG; Unicamp; UNESP; UEL; UFF; UFPE, com destaque para o aprofundamento de linhas de pesquisas em temas relacionados às políticas de desenvolvimento rural sustentável nesses Núcleos.</p>
<p>1.1.4 – Constituir rede virtual específica de comunicação e informação técnico-científica entre instituições de pesquisa e grupos de pesquisadores</p>	<p>Atividade integralmente implementada. Redes de comunicação constituídas e implantadas, dentre as quais destacam-se: - Rede de Biossegurança;</p> <p>Rede Tecnologias Sociais dentro do Portal da Cidadania/MDA; Comunidade virtual sobre Questão Agrária e Desenvolvimento Nacional, Rede de Estudos Rurais via Portal NEAD, com disponibilização dos textos e informações da Rede; Rede da Memória das Lutas Sociais no Campo; Rede de acesso online ao acervo bibliográfico de instituições parceiras (UFPE, CPDA, Unesp)</p>

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
<p>1.1.5 – Promover e participar de eventos de intercâmbio entre instituições e de divulgação dos resultados de pesquisa.</p>	<p>Atividade integralmente implementada. Realização de 647 eventos de intercâmbio de 2004 a 2010, com destaque aos com maior potencial de repercussão e intercâmbio/divulgação de resultados de pesquisas. Para citar alguns deles: V Seminário Internacional de Nanotecnologia e Meio Ambiente; III Encontro da Rede de Estudos Rurais; Seminário Internacional “ O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos”; Oficina para apresentação dos resultados da pesquisa sobre multifuncionalidade da agricultura familiar e do desenvolvimento territorial no Brasil; 32º Encontro Anual da Anpocs; Simpósio Estadual de Agroenergia; Seminário de Intercâmbio de Pesquisa sobre Desenvolvimento Rural; Oficina sobre o projeto de pesquisa “Perfil do consumo de alimentos e geração de oportunidades para a agricultura familiar” e IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais.</p> <p>O PCT ampliou bastante o arco de apoio à realização de eventos, com destaque ao intercâmbio/divulgação de resultados de pesquisas. A seguir, alguns exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2004 - 18ª Bienal do Livro; Painel de discussão no 42º Congresso da SOBER; lançamento de publicações no 28º Encontro da Anpocs; Ciclo de Debates de Estudos Agrários, Simpósio Internacional de Biblioteca Digital, Seminário Multifuncionalidade. • 2005 - Eventos no 29º Encontro da Anpocs, com lançamento de publicações e realização de debate sobre a temática de gênero; no 9º Congresso Nacional da Contag; e Seminário Multifuncionalidade • 2006 - I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 30º Encontro da Anpocs, II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina; além do apoio à realização de inúmeros outros simpósios, seminários, etc., em SP, MG, RN, PE, DF e CE. • 2007 - II Encontro da Rede de Estudos Rurais; 31º Encontro da Anpocs; Audiências Públicas sobre biossegurança, da CTNBio; 13º Congresso Brasileiro de Sociologia; Seminário sobre PPA - Fórum Reforma Agrária/INESC; Seminário Desenvolvimento e Questão Agrária no Brasil; 45º Congresso da SOBER; 50º CONEA; 37º Congresso Brasileiro dos Estudantes de Engenharia Florestal; IV Seminário Internacional Nanotecnologia,

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
	<ul style="list-style-type: none"> • Redes e Territorialidades); Seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia: Divulgação da produção das mulheres rurais; 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (Bonn, Alemanha); Seminário Internacional - Reorganização do Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por Outro Paradigma de Sustentabilidade da Vida Humana; VIII Congresso IASPM-AL (International Association for the Study of Popular Music – América Latina) • 2009 – Reunião do GT de Gênero do Condrap - Seminário Nacional de ATER para Mulheres; Reuniões do grupo Interministerial de Apoio a Telecentros e Comitê Técnico de Inclusão Digital; Seminário Internacional de Segurança Alimentar e Energética: Estratégias de Expansão da Produção de Alimentos e de Biocombustíveis na Europa e no Brasil; IV Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial; e XII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL/REAF • 2010 – Oficina ATER Indígena; Seminário Novo Desenvolvimento Rural - Brasília; Oficina da Rede de Apoio a Comercialização da Agricultura Familiar - REACAF

PRODUTO 1.2

Suporte técnico, monitoramento e avaliação das políticas de reforma agrária, reordenamento agrário, desenvolvimento territorial, fortalecimento da agricultura familiar, apoio as comunidades rurais tradicionais, segurança alimentar, promoção da igualdade e acesso a direitos realizados.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.2.1 – Elaborar propostas de suporte técnico, monitoramento e avaliação em conjunto com especialistas e técnicos	<p>Atividade integralmente implementada.</p> <ul style="list-style-type: none">• Estudos e produção de subsídios para o planejamento e implementação de programa de desenvolvimento de assentamentos no município de São Gabriel - Rio Grande do Sul;• Subsídios técnicos de avaliação e monitoramento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e da agenda social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica em âmbito nacional;• Subsídios técnicos de apoio às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) Quilombola;• Colaboração do Prof. Ignacy Sachs, com vistas a impulsionar projetos diversificados de desenvolvimento local com foco na gestão integrada de ações governamentais, em especial aquelas situadas no âmbito do Programa Territórios da Cidadania;• Subsídios técnico-científicos para obtenção e sistematização das informações sobre os imóveis rurais de propriedade de estrangeiros no Brasil e os processos, causas e efeitos da concentração no Brasil;• Subsídios técnicos para o aperfeiçoamento do sistema de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) para assentamentos de reforma agrária no Brasil;• Proposta de sistema de monitoramento e avaliação para o Programa de ATES de assentamentos de reforma agrária no Brasil;• Avaliar e propor aperfeiçoamentos às políticas do MDA de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar;• Avaliação dos impactos e resultados do PCT IICA/NEAD.• Implementação das ações de identificação e estudos sobre as

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
	<p>organizações produtivas, formação de mulheres trabalhadoras rurais e avaliação dos projetos apoiados pelo Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres Rurais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de subsídios técnico-científicos para obtenção e sistematização das informações sobre os investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil; • Produção de subsídios para o suporte técnico em projetos de estudos, pesquisas e ações nos temas relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, com apoio à ampliação e atualização de conteúdo de sistema técnico-científico de gestão de projetos e das políticas públicas de desenvolvimento rural; • Suporte técnico de avaliação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, com enfoque nos princípios da agroecologia como paradigma para o desenvolvimento rural sustentável; • Produção de subsídios técnicos para a formulação de políticas públicas para mulheres assentadas na reforma agrária.
<p>1.2.2 – Realizar oficinas com beneficiários e suas entidades e órgãos e programas do MDA envolvidos.</p>	<p>Atividade praticamente implementada (95%). Foram realizados diversos encontros, oficinas, eventos voltados a propiciar uma maior integração entre as políticas desenvolvidas pelo MDA e entidades das organizações sociais: Oficinas de trabalho para elaborar as políticas para a cadeia produtiva do leite no estado do Paraná; Encontro Nacional de Metodologia de Pesquisa com Mulheres; Curso de formação em políticas para mulheres rurais – Módulo I.</p>

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.2.3 – Apoiar iniciativas de cooperação e intercâmbio nacional e internacional.	<p>Atividade integralmente implementada.</p> <p>Deu-se continuidade à orientação de conferir maior inserção do MDA nos espaços internacionais de debate de políticas rurais, com o apoio à participação nos seguintes eventos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seminário de intercâmbio de pesquisas sobre desenvolvimento territorial; • IV Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil-Paraguai sobre cooperação em temas migratórios e fundiários; • Seminário Internacional da Região Amazônica; • Fórum Social Mundial; • Oficina de Tecnologias Sociais para o desenvolvimento agrário; • Apresentação de projetos territórios digitais em Conferência Mundial sobre computadores em educação.

PRODUTO 1.3

Estudos e pesquisas realizados sobre agricultura familiar, reforma agrária, desenvolvimento territorial, comunidades rurais tradicionais, promoção da igualdade, segurança alimentar e acesso a direitos no meio rural.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.3.1 – Elaborar, apoiar e desenvolver projetos de pesquisa com a participação de especialistas, técnicos e movimentos.	<p>Atividade integralmente implementada em abril de 2009.</p> <p>Destaque de alguns estudos realizados com o apoio do PCT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico sobre o Potencial da Economia Popular Solidária, a Economia Familiar Camponesa e a Economia Extrativista praticadas em 2 territórios e 4 pré-territórios do Estado do Pará; • Impactos da nanotecnologia na cadeia produtiva da soja no Brasil;

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
	<ul style="list-style-type: none"> • Efeitos da produção de biocombustíveis na estrutura agrária do Centro-Sul do Brasil entre 1995/96 e 2006. • Proposição de mecanismos de certificação e integração das áreas de expansão da cana-de-açúcar; • Estudos sobre biossegurança; • Análise da aplicação de políticas públicas de desenvolvimento rural, em particular o Pronaf e a reforma agrária, e subsídios para o fortalecimento da participação social no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e em localidades do entorno da grande Porto Alegre (RS); • Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil.
<p>1.3.2 – Apoiar e realizar oficinas, encontros e seminários com os diversos segmentos do meio rural.</p>	<p>Atividade integralmente implementada. Concluída em junho de 2009.</p> <p>Relacionam-se aqui as oficinas, encontros e seminários pautados por focar alguns dos eventos mais significativos (relação completa em anexo), voltados para o debate das mais diversas facetas das políticas e ações desenvolvidas pelo MDA, quais sejam: Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; VII Curso de Formação sobre a realidade brasileira para jovens assentados do Ceará; Seminário de Formação da Marcha Mundial das Mulheres; I Encontro Nacional da Rede Mocambos; Oficina de mapeamento das comunidades quilombolas; Seminário sobre viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta; Curso de Formação em Políticas Públicas para mulheres rurais nos estados de MG, CE, MA; Encontro Estadual das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo; VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; Oficina de capacitação das equipes dos Convênios da SOF e CF8; V Feira Agropecuária Comercial e Industrial Regional (FACIR); Reunião de pesquisadores em estudo de gênero e ciências.</p>
<p>1.3.3 – Levantar e sistematizar experiências nacionais e internacionais a estes temas.</p>	<p>Atividade integralmente implementada. Concluída em junho de 2009.</p> <p>Alguns destaques: 3ª Edição do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero; Reunião sobre biocombustíveis, reforma agrária e agricultura familiar; II Conferência Internacional de Tecnologia Social e Fórum RTS.</p>

PRODUTO 1.4

Análise do marco institucional e jurídico das políticas de desenvolvimento rural realizada.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.4.1 – Levantar e sistematizar os projetos de lei referentes ao desenvolvimento rural e às comunidades rurais tradicionais em trâmite no Congresso Nacional.	Atividade integralmente implementada. Concluída em 2007. <ul style="list-style-type: none">• Implementação do TerraLegis (banco de dados) que sistematiza o processo de tramitação das proposições legislativas no Congresso Nacional, referentes às duas áreas que incorporam o desenvolvimento rural sustentável: reforma agrária e agricultura familiar.
1.4.2 – Levantar e sistematizar o arcabouço jurídico e institucional internacional sobre desenvolvimento rural e os territórios das comunidades rurais tradicionais.	Atividade integralmente implementada. Concluído em 2008.
1.4.3. Levantar e sistematizar o debate de doutrina e das jurisprudências referentes ao desenvolvimento rural	Atividade integralmente implementada. Concluída em 2008. <ul style="list-style-type: none">• Pesquisa realizada pela ABDA - Produção e difusão de instrumentos relativos ao Direito Agrário; Apoio às publicações de direito Agrário “Direito Aplicado: Vivências judiciais de conflitos coletivos agrários em Minas Gerais” e Revista de Direito Agrário.

PRODUTO 1.5

Marco regulatório do comércio internacional de produtos agroflorestais e acordos de integração analisados e oportunidades comerciais para a produção da agricultura familiar e da reforma agrária, identificadas e avaliadas

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.5.1 – Analisar as regras do comércio internacional e seus impactos sobre a agricultura familiar e as políticas de desenvolvimento rural	Atividade integralmente implementada. Concluída em 2008, <ul style="list-style-type: none">• Estudo sobre a participação quantitativa e qualitativa da agricultura familiar nas cadeias produtivas do tomate e da carne suína.• Desenvolvimento, aprofundamento e ampliação de ações e estudos relacionados à análise de tratados de direito econômico internacional e regulamentos correlatos, negociados ou em discussão pelo Brasil, em seus aspectos de interesse para a política de desenvolvimento rural do país;• Estudos e pesquisas para o aprofundamento do conhecimento e elaboração de propostas sobre as temáticas da agricultura familiar nos processo de integração regional na América do Sul, com destaque para o MERCOSUL e a União das Nações da América do Sul (UNASUL);• Apoio e subsídios às ações relacionadas ao desenvolvimento de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, no âmbito das relações internacionais, por meio da elaboração de estudos e análises e de propostas de cooperação e intercâmbio internacional;• Subsídios ao desenvolvimento, aprofundamento e ampliação de ações relacionadas à temática de proteção da Agricultura Familiar frente ao mercado externo e às negociações econômico-comerciais internacionais.
1.5.2 – Acompanhar e analisar as negociações de acordos comerciais internacionais e dos acordos de integração regional.	Atividade integralmente implementada em 2009. <ul style="list-style-type: none">• XI Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL – REAF; Curso Regional de Formação de Jovens Rurais da REAF MERCOSUL – Módulo III; X Sessão Nacional da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL – REAF; Reunião do GT de Gênero da REAF; Reunião Especializada do GT de facilitação de comércio na XXII REAF.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
1.5.3 – Levantar e avaliar oportunidades de comércio internacional para os produtos oriundos da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária.	Atividade integralmente implementada.
1.5.4 – Promover e apoiar iniciativas de comercialização de produtos de agricultura familiar e da reforma agrária.	Atividade integralmente implementada em junho de 2009. No período destacam-se o apoio aos seguintes eventos: III Frutal Amazônia e VIII Flor do Pará; I Feira de Economia Popular Solidária Rede Capim; Expointer 2008; Agrifam – Comercialização 2008; 25º Encontro Estadual de Hortigranjeiros; I Feira de Economia Feminista e Solidária do RN; Expovale 2008; V Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.
Atividade 1.5.5 – Apoiar e realizar oficinas e seminários sobre o comércio internacional de produtos agroflorestais.	Atividade integralmente implementada.

OBJETIVO ESPECÍFICO 2

Fortalecer e qualificar a participação de servidores/as, técnicos/as, gestores/as, conselheiros/as, movimentos entidades da sociedade civil na gestão das políticas públicas de desenvolvimento rural

PRODUTO 2.1

Estudos, pesquisas, avaliações e monitoramentos sobre desenvolvimento rural disseminados

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
2.1.1 – Analisar, catalogar, classificar e armazenar estudos e pesquisas sobre desenvolvimento rural.	Atividade integralmente implementada.
2.1.2 - Reestruturar e ampliar os serviços da biblioteca física e digital.	Atividade integralmente implementada. Ampliação dos serviços de alimentação e preservação do acervo bibliográfico do NEAD, organização do acervo técnico e disseminação de informações, inclusive por meio de reformulações no sistema Gnuteca.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
2.1.3 – Divulgar estudos e pesquisas por meio de publicações em formato impresso e digital.	Atividade praticamente implementada (95%). Publicações editadas no período: As cidades cercam os campos (co-edição); Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história/Concepções de justiça e resistência nos Brasis – Vol. I Coleção História Social do Campesinato (co-edição); Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil/Formas tuteladas de condição camponesa – Vol. I Coleção História Social do Campesinato (co-edição); Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil/Formas dirigidas de constituição do campesinato – Vol. II Coleção História Social do Campesinato (co-edição); A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento; Urbanização e Ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal; Coexistência: o caso do milho; Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente; Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil; Oleaginosas da Amazônia; Educação do campo e formação profissional: a experiência do programa Residência Agrária; Teoria e Prática da Educação do Campo; Pasta Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República.
2.1.4 – Realizar eventos e seminários de discussão sobre resultados de pesquisas.	Atividade integralmente implementada
2.1.5 – Promover e participar de intercâmbio nacional e internacional relacionado aos estudos e pesquisas.	Atividade integralmente implementada

PRODUTO 2.2

Instrumentos de comunicação e informação reestruturados e ampliados

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
2.2.1 - Ampliar os serviços e a interatividade do Portal do NEAD de forma integrada com seus parceiros.	Atividade praticamente implementada (95%). Ampliação de conteúdos técnicos para a seção Estudos e Pesquisas do portal NEAD; e o apoio às ações de produção de atividades técnico-acadêmicas de projetos e estudos em temas relativos ao desenvolvimento rural. Também faz parte das realizações a estruturação e implantação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG).
2.2.2 – Implementar linhas editoriais apropriadas aos diferentes públicos e temas relacionados ao desenvolvimento rural.	Atividade integralmente implementada em 2006.
2.2.3 – Implementar e apoiar iniciativas de comunicação, divulgação e informação sobre os temas e políticas relacionados ao desenvolvimento rural.	Atividade integralmente implementada em abril de 2009. <ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento e implantação de ferramentas para o sistema de informações e de gerenciamento operacional de políticas públicas territoriais no âmbito do Programa Territórios da Cidadania;• Apoio ao processo de edição e/ou co-edição e distribuição de novas publicações em temas relacionados ao desenvolvimento rural e elaboração e implantação de sistema de divulgação e interlocução do NEAD com seus públicos.• Elaboração e implantação de um sistema com informações políticas, econômicas e socioambientais, voltadas às conjunturas nacional e internacional, relacionado às temáticas de desenvolvimento rural;• Produção de conteúdos técnicos para o Portal Comunidades da Agricultura Familiar;• Ferramenta de identificação, sistematização e construção de estratégias de difusão de pesquisas e experiências de inovações sociotécnicas e de tecnologia social em territórios da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária no Brasil;• Elaboração de subsídios técnicos para a divulgação de eventos relacionados ao Programa Territórios da Cidadania e à

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
	<p>Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de documentos em áudio sobre desenvolvimento rural e territorial.

PRODUTO 2.3

Atividades de capacitação sobre desenvolvimento rural realizadas para beneficiários/as, servidores/as, gestores/as, movimentos e entidades da sociedade civil.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
2.3.1 – Desenvolver atividades de educação a distância.	<p>Atividade integralmente implementada em junho de 2009.</p> <p>Produção de subsídios à discussão e apoio à implantação de projeto-piloto de inclusão digital e elaboração de subsídios de suporte à disseminação de pesquisas sobre desenvolvimento rural.</p> <p>Ações de inclusão digital rural em consonância com o Programa Territórios da Cidadania nas áreas de Belém/PA, Marabá/PA, São Luis/MA, Salvador/BA e Fortaleza/CE.</p>
2.3.2 – Propor e desenvolver cursos de capacitação e formação para os funcionários e gestores/públicos.	Atividade integralmente implementada.
2.3.3 – Propor e desenvolver atividades de capacitação e formação para beneficiários/as das políticas e programas de desenvolvimento rural.	<p>Atividade integralmente implementada em abril de 2009.</p> <p>Dentre as atividades realizadas, destacam-se: Oficina Regional de Desenvolvimento de projetos de assentamento; Seminário Internacional desafios Atuais das Políticas Públicas para o Meio Rural; Curso Ater Quilombola Norte; Fórum Global sobre Agricultura; Capacitação e Assistência Técnica para Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba.</p>
2.3.4 – Elaborar material didático para as atividades de capacitação e formação.	Atividade integralmente implementada.

PRODUTO 2.4

Funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) fortalecido

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
2.4.1 – Produzir subsídios para os Comitês Temáticos e o Plenário do Condraf.	Atividade integralmente implementada em junho de 2009. Produção de informações, subsídios e apoio às ações do CONDRAF.
2.4.2 – Apoiar a realização das reuniões dos Comitês Temáticos e do Plenário Condraf.	Atividade integralmente implementada. Apoio às ações do CONDRAF, especialmente com relação às reuniões do Comitê Gestor do CONDRAF e dos GT's Quilombola e de Gênero.
2.4.3 – Propor e desenvolver atividades de formação e capacitação para conselheiros do Condraf e suas seções territoriais	Atividade integralmente implementada. Destaques: Reuniões preparatórias do GT Quilombola, do Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do CONDRAF; e do GT de Gênero do CONDRAF; Reunião do Colegiado Territorial do Potengi.
2.4.4 – Apoiar a produção de informações e a divulgação das ações do Condraf.	Atividade integralmente implementada. Elaboração de uma metodologia de comunicação para a divulgação das ações do CONDRAF.

OBJETIVO ESPECÍFICO 3

Promover e consolidar ações relacionadas à Memória e à Cultura Popular no Meio Rural

PRODUTO 3.1

Estudos, pesquisas, desenvolvimento de projetos e iniciativas sobre aspectos da memória da reforma agrária e das lutas sociais no meio rural realizadas

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
3.1.1 - Promover e realizar pesquisas, estudos, consultorias e outras iniciativas sobre a memória da reforma agrária e das lutas sociais	Atividade integralmente implementada em junho de 2009. Destaques: <ul style="list-style-type: none">• “Imaginação da República, Imaginação da Reforma Agrária”, apresentada em linguagens e/ou suportes especificamente voltados a um público diversificado e não homogêneo – particularmente, movimentos sociais, estudantes de nível médio e superior, institutos de pesquisa, grupos de pesquisadores, formadores de opinião, comunidades rurais e grupos de assentamentos.• Estudos relacionados ao resgate da memória das lutas no campo sobre a temática da Reforma Agrária, envolvendo, além de momentos de discussão proporcionados pelos seminários, a realização de entrevistas com lideranças camponesas, o registro sonoro de músicas do sindicalismo rural, o apoio à pesquisa discente e a produção de um site com o conjunto dos produtos.
3.1.2 - Realizar e apoiar projetos de valorização de manifestações culturais do meio rural	Atividade integralmente implementada.

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
3.1.3 - Promover e realizar a recuperação, divulgação e disponibilização de acervos e outros materiais relacionados à memória das lutas sociais no meio rural	<p>Atividade praticamente implementada.</p> <p>Destaques:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização e disponibilização de parte do acervo do TRT da 6ª Região (referente aos processos envolvendo trabalhadores rurais). • Pesquisa, extensão, organização de acervo documental e disponibilização de informações sobre temas do mundo rural; • Estudo sobre a Proposta para Elaboração do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), envolvendo organização e análise de acervo documental e disponibilização de informações sobre temas do mundo rural; • Organização e disponibilização de parte do acervo produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); • Metodologia participativa de valorização da memória das lutas sociais no campo.

PRODUTO 3.2

Iniciativas de divulgação e difusão sobre a memória da reforma agrária e das lutas sociais no meio rural, desenvolvidas e implementadas

ATIVIDADE	COMENTÁRIOS SOBRE O ALCANCE
3.2.1: Construir ferramentas específicas de comunicação, difusão e informação sobre a memória da reforma agrária e das lutas sociais no campo.	<p>Atividade integralmente implementada.</p> <p>Destaque: Produção de material áudio-visual “João Sem Terra: trajetória da luta pela terra no Rio Grande do Sul”.</p>
3.2.2: Promover, participar e apoiar atividades e ações voltadas à disseminação de informações e de iniciativas relacionadas ao tema da memória da reforma agrária e das lutas sociais no meio rural.	<p>Atividade praticamente implementada (92%).</p> <p>Evento: Seminário Memória Camponesa</p>

ANEXO 2

PUBLICAÇÕES

SÉRIE NEAD DEBATE

A Série Debate apresenta temas atuais relacionados ao mundo rural, procurando ampliar o escopo do debate sobre estes temas que superam o enfoque essencialmente produtivo, incluindo aspectos culturais, sociais e ambientais, em consonância com a agenda dos atores sociais e/ou que ainda não foram suficientemente difundidos.

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Biossegurança – Questões para a Ciência e para a Sociedade (v. 1)	(O) Magda Zanoni
Função Social da Propriedade: Dimensões ambiental e trabalhista (v. 2)	(A) Valdez Adriani Farias e Joaquim Modesto Pinto Júnior
Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil (v. 3)	(A) Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão e Sérgio Pereira Leite
Análise Territorial da Produção nos Assentamentos (v. 4)	(O) Gerd Sparovek
Índices de Rendimento da Agropecuária Brasileira (v. 5)	(A) Pedro Ramos
Mercado de Terras: Estrutura e Dinâmica (v. 7)	(C) Bastiaan Philp Reydon e Francisca Neide Maemura Cornélio
Assentamentos em debate (v. 8)	(C) Caio Galvão de França e Gerd Sparovek
Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul (v. 9)	(A) MDA/Programa de promoção da Igualdade de gênero, raça e etnia
Agricultura familiar e gênero: Práticas, movimentos e políticas públicas (v. 10)	(O) Parry Scott e Rosineide Cordeiro
Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais (v. 11)	(O) Devancyr A. Romão
Dimensão, Magnitude e localização das populações pobres no Brasil (v. 12)	(A) Fernando Gaiger Silveira, Alexandre Xavier Ywata de Carvalho, Carlos Roberto Azzoni, Bernardo Campolina, Antonio Ibarra

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
O Inkra e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências (v. 13)	A) Aniceto Cantanhede Filho, Andrea Flavia Tenório Carneiro, Caroline Ayala, Celeste Ciccarone, Dalvíia Bento Bulhões, Flávio Luis Assiz dos Santos, Francieli Marinato, Gilca Garcia de Oliveira, Guiomar Inez Germani, Ieda Cristina Alves Ramos, José Rui Cancian Tagliapietra, Julie Cavnignac, Leandro Mitidieri, Luciana Job, Mariza Rios, Osvaldo Martins de Oliveira, Renata Bortoletto Silva, Sandro José da Silva, Sebastião Henrique Santos Lima, Simone Raquel Batista Ferreira, Sue Nichols, Tércio Fehlauer
Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil (v. 14)	(O) Adriana Lopes, Andréa Butto
A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento (v. 15)	(A) Carlos Henrique Goulart Árabe
Coexistência: o caso do milho (v. 16)	(A) Gilles Ferment, Magda Zanoni, Paulo Brack, Paulo Kageyama, Rubens Onofre Nodari
Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres	Alberto Di Sabbato, Hildete Pereira de Melo, Maria Rosa Lombardi e Nalu Faria
Seminário sobre Proteção da Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores: Proposta para enfrentar a contaminação transgênica do milho	(O) Gabriel Fernandes, Gilles Ferment e Juliana Avanci

SÉRIE NEAD EXPERIÊNCIAS

Esta Série registra e difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos elaborados pelos próprios protagonistas. Sua proposta é estimular a reflexão sobre temas e práticas determinadas, a partir de exemplos e iniciativas concretas, bem como incentivar a propagação de novas experiências.

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências.	(O) Carmem Lúcia Bezerra Machado ; Christiane Senhorinha Soares Campos; Conceição Paludo
Educação do campo e formação profissional: a experiência do programa Residência Agrária (v. 2)	(O) Mônica Molina, Gema Esmeraldo

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Direito Aplicado: Vivências judiciais de conflitos coletivos agrários em Minas Gerais	(A) Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

SÉRIE NEAD ESPECIAL

A Série NEAD Especial abarca coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários. Na trajetória do NEAD, as publicações integrantes desta Série têm se centrado em publicações resultantes de prêmios, concursos e editais, além de produtos de extensos projetos apoiados pelo Núcleo e/ou iniciativas inovadoras.

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Margarida Alves:Coletânea sobre estudos rurais e gênero (v. 1)	(O) Ellen F. Woortmann, Beatriz Heredia e Renata Menashe
Memória Incra 35 anos (v. 2)	(A) MDA/INCRA
Estatísticas do Meio Rural 2ª Edição (v. 3)	(A) DIEESE/MDA
Estatísticas do Meio Rural 3ª edição (v. 3)	(A) DIEESE/MDA
Margarida Alves – II Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero (v. 4)	(O) Ellen F. Woortmann, Andréa Butto, Adriana L. Lopes e Caroline Molina
Prêmio Territórios Quilombolas – 2ª edição (v.5)	(A) MDA
Reforma Agrária em Processo: quatro Estudos Empíricos – concurso Josué de Castro (v. 6)	(A) Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, Maria Ivonete Vital Rodrigues, Ana Elizabete da Silva Pereira, Paulo Aguiar do Monte, Angelita Bazotti, Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra, Louise Ronconi de Nazareno, Israel Leoname Frohlich Klug, Marcelo Corrêa Alves e André Luiz Couto Assunção
Memória da Luta pela Reforma Agrária no Brasil – catálogo do acervo da Abra no período 1967-1997 (v. 8)	(A) Luiz Antonio Cabello Norder e Diego Campos Arruda Rodrigues
Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro (v. 9)	(A) Vitor de Athayde Couto e Filho
Por uma Educação no Campo: Campo - Políticas Públicas - Educação - nº 7 (v. 10)	(O) Clarice Aparecida dos Santos, Bernardo Mançano Fernandes, César José de Oliveira, Fernando Michelotti, Mônica Molina e Roseli Salette Caldart
Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e Rumos da Política de Assentamentos Rurais (v. 11)	(O) Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

SÉRIE NEAD ESTUDOS

A Série NEAD Estudos reúne estudos elaborados pelo NEAD, por outros órgãos do MDA e por organizações parceiras tendo como foco o Desenvolvimento Rural com base na Agricultura Familiar e em atividades ambientalmente sustentáveis e na Reforma Agrária, com ênfase especial na participação dos atores sociais do campo no processo de desenvolvimento e nas políticas adotadas para a promoção do desenvolvimento rural.

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Impactos da Reforma Agrária: um estudo sobre o meio rural (v. 6)	(A) Sérgio Leite, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão
Juventudes rurais: mapa de estudos recentes (v. 7)	(A) Nilson Weisheimer
Produção Orgânica: regulamentação nacional e internacional (v. 8)	(A) Jean Pierre Medaets e Maria Fernanda Fonseca
Agricultura Familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul (v. 9)	(A) Joaquim J. M. Guilhoto, Fernando G. Silveira, Carlos R. Azzoni e Silvio M. Ichihara
Crédito fundiário e qualidade de vida no campo (v. 10)	(O) Gerd Sparovek
Proposições Legislativas Sobre Desenvolvimento Rural (v. 10)	(A) Moema Bonelli
Impactos do Pronaf – Análise de Indicadores (v. 11)	(A) Lauro Mattei
Pronaf – 10 anos mapa da produção acadêmica (v. 12)	(A) Lauro Mattei
Gênero e Crédito no Oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e articulação (v. 13)	(A) Maria de Fátima Paz Alves
Plantas Geneticamente Modificadas: riscos e incertezas (v. 14)	(A) Magda Zanoni e Gilles Ferment
Dimensões do Agronegócio Brasileiro: Políticas, Instituições e Perspectivas (v. 15)	(O) Autoria: Pedro Ramos
Mercado de Trabalho Agrícola no Brasil – principais características das fontes de dados (v. 16)	(A) Autoria: DIEESE
Estudos sobre as convenções coletivas da categoria canavieira – São Paulo, Pernambuco e Goiás (1989-2005) (v. 17)	(A) DIEESE
Série NEAD Estudos (V.18) Aspectos Orçamentários e Financeiros da Reforma Agrária (v. 18)	(A) Vicente P. M. de Azevedo Marques

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
PIB da Agricultura Familiar – Brasil e estados (v. 19)	(A) Joaquim Guilhoto, Carlos R. Azzoni, Fernando Gaiger Silveira, Silvio M. Ichihara, Bernardo P. Campolina Diniz e Guilherme R. C. Moreira
Ruralidades e Questões Ambientais: estudos sobre estratégias, projetos e políticas (v. 20)	(A) Alfio Brandenburg, Ângela Duarte Damasceno Ferreira, Dimas Floriani e Osvaldo Heller da Silva
Estudo de Caso: Sojas convencionais e transgênicos no planalto do Rio Grande do Sul - Propostas de sistematização de dados e elaboração de estudos sobre biossegurança	Gilles Ferment, Magda Zanoni e Rubens Onofre Nodari
Biossegurança e Princípio da Precaução – O Caso da França e da União Européia (v. 22)	(A) Gilles Ferment
Pólos de Produção de Energia, Alimento e Cidadania: conceito e aplicação em políticas públicas (v. 23)	Gerd Sparovek, Goran Berndes, Alberto Barretto, Sergio P. Martins, Rodrigo Maule, Ricardo Burgi e Juliana Smorigo

SÉRIE COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA AGRÁRIA E CORRELATA

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
TOMO I : NEAD ESPECIAL 7	(A) Incra/MDA
TOMO II: NEAD ESPECIAL 7	(A) Incra/MDA
TOMO III: NEAD ESPECIAL 7	(A) Incra/MDA

COLEÇÃO HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Formas tuteladas de condição camponesa – v. I do tomo Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil	(O) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva
Formas dirigidas de constituição do campesinato - v. II do tomo Processos de Constituição e reprodução do campesinato no Brasil	(O) Delma Pessanha Neves
Lutas camponesas contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas - A diversidade das formas das lutas no campo – v. II	(A) Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e sociabilidades – v. I	(A) Emília Pietrafesa de Godói, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin
Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - Estratégias de Reprodução Social – v. II	(A) Emília Pietrafesa de Godói, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin
Concepções de justiça e resistência nos Brasis – volume I do tomo Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história	(O) Márcia Motta e Paulo Zarth
Formas de Resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história – Volume II – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)	(O) Márcia Motta e Paulo Zarth
Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas	(A) Clifford A. Welch, Edgar Malagodi e Josefa S. B. Cavalcanti e Maria de Nazareth B. Wanderley

DOCUMENTÁRIOS

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Francisco Julião: na lei ou na marra	Diretor: Fernando Barcellos
Pasta Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República	UFMG
Memórias Clandestinas	Produção Maria Thereza Azevedo, Cristiano Ramalho e Vitória Azevedo
Migrantes	Direção: Beto Novaes
Sarandi	Direção: Carlos Carmo e Ayrton Centeno
Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República	(C) UFMG
Quadra Fechada	Direção: Beto Novaes
Expedito, em busca de outros nortes	Direção: Beto Novaes, Ainda Marques
Zé Pureza: a trajetória de famílias na luta pela terra	Direção, produção, roteiro e pesquisa de Marcelo Hernandez
Estatísticas do Meio Rural	DIEESE

PERIÓDICOS

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Estudos Sociedade e Agricultura - Tema: Comunidade Européia, Brasil rural, Transgênicos e MST (n. 12)	(A) CPDA
Estudos Sociedade e Agricultura Tema: Mudança Climática, Território, Literatura, Parcerias público-privadas e Agroextrativismo, v. 13	(A) CPDA
Estudos Sociedade e Agricultura Tema: Historia Agraria, Sociologia Rural, Rastreabilidade, Ensino Agrícola, Participação Social e Pensamento Social, Outubro, 2006, v. 14, n. 1	(A) CPDA
Estudos Sociedade e Agricultura Tema: Pensamento Social, Meio Ambiente, Agricultura Familiar, Agronegocio e Memoria Camponesa, Outubro 2007 v. 15, n. 2	(A) CPDA
Estudos Sociedade e Agricultura Tema: Sociologia Econômica, Literatura, Mundo Rural, Agrarismos e Resenhas (n. 20)	(A) CPDA
Estudos Sociedade e Agricultura (n. 21) Tema: Supermercados, Agricultura Familiar, Agricultura Orgânica, Assentamentos e Resenhas	(A) CPDA
Revista Idéias Interfaces em desenvolvimento Agricultura e sociedade v. 1 n. 1 2007	(A) UFRRJ/CPDA
Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas Tema: Dossiê Desenvolvimento territorial marx e os camponeses russos. (v 24. nº 1 e 2, dez 2005)	Autoria: UFCG
Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas Tema: Dossiê Recursos Comuns/ Dimâmicas dos espaços rurais/ Desenvolvimento local. (v.23 nos 01 e 02; jan/dez 2004).	(A) UFCG- Programa de Pós-Graduação em Sociologia
REVISTA TERRA DA GENTE – Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003-2004-2005-2006 [Versões Português;Espanhol e Inglês].	(A) ASCOM/MDA

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Cadernos do Ceam Ano V, n. 23, jan. 2006 (Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural)	(A) UnB/ Neagri
Caderno Por uma Educação do Campo (v.5)	(O) Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus. Artigos de Roseli Salete Caldart, Bernardo Mançano Fernandes, Mônica C. Molina, Miguel G. Arroyo e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus
Ruris (01) Março 2007	(A) Ceres/Unicamp
Ruris (02) Setembro 2007	(A) Ceres/Unicamp
Ruris (02)[01] Março 2008	(A) Ceres/Unicamp
Ruris (02)[02] Setembro 2008	(A) Ceres/Unicamp
Revista Direito Agrário nº 18	(A) ABDA
Revista Direito Agrário nº 19	(A) ABDA
Revista Direito Agrário nº 20	(A) ABDA
Revista Direito Agrário nº 21	(A) ABDA

OUTRAS OBRAS

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Oleaginosas da Amazônia	(A) Celestino Pesce
Urbanização e Ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal	(A) Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues
As cidades cercam os campos: estudos sobre o projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada	(A) Reginaldo C. Moraes, Carlos Henrique Goulart Árabe, Maitá de Paula e Silva
Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente: trabalhos apresentados no terceiro seminário internacional	(O) Paulo Roberto Martins e Richard Dullely
Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil	(O) Ademir Cazella, Phiippe bonnal e Renato Maluf
Memórias da Luta pela Terra na Baixada Fluminense	(A) Leonilde Servolo de Medeiros
Utopias Agrárias	(O) Heloisa Maria Murgel Starling, Henrique Estrada Rodrigues, Marcela Telles
Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares	(O) Luiz Flavio de Carvalho Costa, Georges Flexor e Raimundo Santos

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
O campo em debate: terra, homens, lutas	(O) Maria Verônica Secreto, Maria José Carneiro e Regina Bruno
Imagens da imigração e do campo (coleção cpda textos), v. 3	(A) CPDA
Leituras e interpretações; teorias e práticas sociais (coleção cpda textos),v. 2	(A) CPDA
Globalismos, localismos e identidades sociais (coleção cpda textos)	(A) CPDA
CD-ROM Estatísticas do Meio Rural (3ª ed.)	DIEESE
Terra,poder e território	(A) Roberto José Moreira
Juventude Rural em perspectiva	(O) Maria José Carneiro e Elisa Guaraná de Castro
Agraristas Políticos Brasileiros	(A) Raimundo Santos
Rádio Comunitária: como produzir conteúdo para agricultura familiar	(A) Abraço-RS
Mundo Rural IV – configurações rural-urbanas: poderes e políticas	(O) Eli Napoleão de Lima, Nelson Giordano Delgado e Roberto José Moreira
Estatísticas do Meio Rural	(A) DIEESE / MDA
Plano MDA/Incra para a erradicação do trabalho escravo	(O) INCRA/MDA
A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960 – v. 1	(O) João Pedro Stedile e reúne pensadores como Alberto Passos Guimarães; Caio Prado Júnior; Alberto Passos Guimarães; Nelson Weneck Sodré, Moises Vinhas; Ignacio Rangel; Paulo R. Schilling e Fragmon Carlos Borges
A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980 – v. 2	(O) João Pedro Stedile
A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946-2003 – v. 3	(O) João Pedro Stedile
A Questão Agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas: 1954-1964 – v. 4	(O) João Pedro Stedile
A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária: natureza e comportamento: 1964-1990 -v. 5	(O) João Pedro Stedile
Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para as políticas públicas	(O) Ricardo Verdum
Gestão Integrada da Agricultura Familiar	(A) Hildo Meirelles de Souza e Mário Otávio Batalha
CPDA – TEXTOS: Teoria do Desenvolvimento Capitalista (nº 21)	(A) Indira Cavalcante da Rocha Marques, Mônica Cavalcanti Lepri, Luzimar Paulo Pereira, Leandro de Martino Mota, Angélica Massuquetti, César Augusto da Ros e May Waddington Telles Ribeiro

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo	(O) Roberto José Moreira
Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República	(O) Delsy Gonçalves de Paula, Heloisa Maria Murgel Starling e Juarez Rocha Guimarães
Nanotecnologia sociedade e meio ambiente: trabalhos apresentados no segundo seminário internacional	(O) Paulo Roberto Martins
Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, Adultos, Jovens, Crianças e Educadores	(C) Roseli Salete, Conceição Paludo e Johannes Doll
Prêmio ABA/MDA: Territórios Quilombolas	(O) Associação Brasileira de Antropologia
Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão	(C) Mônica Castagna Molina
Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural	(O) Sérgio Schneider, Marcelo Kunrath Silva, Paulo Eduardo Moruzzi Marques. Artigos de: Ademir Antonio Cazella, Arilson Favareto, Diogo Demarco, Dirceu Basso, Ilza Araújo Leão de Andrade, Lauro Mattei, Marcelo Kunrath Silva, Paulo Eduardo Moruzzi e Sérgio Schneider.
CPDA Textos - Tema: Poder e conflito nas relações entre sociedade e meio ambiente – dialogando com Boaventura Santos: considerações em torno do mapa da estruturação das sociedades capitalistas – Relações de poder no processo de descentralização do programa Nacional de alimentação escolar (n. 20)	(A) Flávia L. Naves Mafra, Márcio Carneiro dos Reis e Luiz Antonio Staub Mafra
Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional	(O) Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite
A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva – Uma Avaliação do Pronera	(O) Mônica Castagna Molina, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus, Maria Clara Di Pierrô e Márcia Regina Andrade. Artigos de Márcia Regina Andrade, Maria Clara Di Pierrô, Irene Alves de Paiva, Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus, Samuel Pereira Campos, Marilsa Miranda de Souza, Mônica Castagna Molina, Georgina Kalife Cordeiro, Rosemeri Scalabrin, Severina Garcia de Araújo, José Roberto Pereira, Erineu Foerste, Gerda Margit Schütz-Foerste, Eliano Sérgio Lopes e Aline Barbosa de Araújo
Significados da Terra	(O) Ellen F. Wortmann

TÍTULO	AUTORIA/ORGANIZADORES
"Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro"	UNESP
Pescadores Artesanais da Lagoa Mirim: Etnoecologia e Resilência	Stela Maris Nunes Pieve, Rumi Regina Kubo e Gabriela Coelho-de-Souza
Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político	Elisa Guraná de Castro, Máira Martins, Salomé Lima Ferreira de Almeida, Maria Emilia Barrios Rodrigues e Joyce Gomes de Carvalho
Impactos das Nanotecnologias na cadeia de produção da soja brasileira	(A) Paulo Roberto Martins e Soraia de Fátima Ramos
A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964	Clifford Andrew Welch
História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea	Marcel Mazoyer e Laurence Roudart
Combatendo a desigualdade social – o MST e a Reforma Agrária no Brasil	(O) Miguel Carter

ANEXO 3

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006). Desenvolvimento Agrário como Estratégia – Balanço MDA 2003/2006. Porto Alegre, Nead, 2006, 192 p.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010). Um novo Brasil rural. Brasília, 124 p.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (2004). Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação. 2ª ed. Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 48p. (www.abc.gov.br/download/PRJ-CTI.pdf).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (2004). Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral. 2ª ed. Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 2004. 64p. (www.abc.gov.br/documentos/Diretrizes-CTI.pdf).

Carvalho, Horácio Martins de (1976). Introdução à teoria do planejamento. São Paulo, Brasiliense, 176 p.

Cavalcanti, José Euclides Alhadas e Francisco Armando da Costa (1998). Impactos socioeconômicos do Perímetro Irrigado do Gorutuba nos municípios de Janaúba e Porteirinha. Montes Claros, MG, Codevasf, 137 p.

Cohen, Ernesto e Rolando Franco (1994). Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, Vozes, 312 p.

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. PCT NEAD. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2003, 28+18 páginas.

_____. PCT BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Final. [Brasília], sem data, [18 páginas]. (Nota: quadro da execução do Projeto). Arquivo: <Relatório Final BRA_IICA 003_005.doc>.

_____. PCT BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Final. [Brasília], sem data, [19 páginas]. (Nota: quadro da execução do Projeto). Arquivo: <Relatório Final BRA_IICA v2.doc>

_____. Projeto BRA/IICA/97/013. Relatório Final. [Brasília], sem data, 13 páginas. Arquivo: <Relatório Final BRA_013 Versão Final mar06.doc>.

_____. Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA. BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Parcial de Progresso 2008. [Brasília], sem data, [18 páginas].

_____. Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA. BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à

Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Parcial de Progresso 2007. [Brasília], sem data, [20 páginas].

_____. Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA. BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Parcial de Progresso 2006. [Brasília], sem data, [20 páginas].

_____. Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA. BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Parcial de Progresso 2005. [Brasília], sem data, [21 páginas].

_____. Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA. BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Parcial de Progresso 2004. [Brasília], sem data, [19 páginas].

_____. Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA. BRA IICA/003/005. Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Relatório Parcial de Progresso Julho/2008 a Setembro/2009. [Brasília], sem data, [15 páginas].

_____. Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. [Brasília], sem data, 34+11 páginas.

_____. PCT IICA-MDA Participação Social. Proposta da Primeira Revisão do Projeto de Cooperação Técnica. [Brasília], novembro de 2006, 37 páginas.

Hirschmann, Albert O. (1969). Projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 194 p.

NEAD/MDA. Comentários ao documento “Notas e Observações sobre a Execução do PCT NEAD/IICA”, elaborado pelo Consultor Carlos E. Guanziroli. [Brasília], [2007], [7 páginas].

Oliveira, Mauro Márcio (2010). Projeto de Cooperação Técnica MDA-NEAD/IICA (BRA IICA/003/005). Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável. Período: dezembro de 2003 a março de 2010. Relatório Final. Brasília, IICA. 166 p.

_____. Relatório Avaliativo do PCT NEAD/IICA/BRA 003/005 – Termos de Referência. 2ª versão. Brasília, IICA, 9 de março de 2010, [8 páginas], não publicado.

Tonado Jr., Rudinei (2004). Proposta para avaliação dos pólos de desenvolvimento integrado. Fortaleza, BNB, 272 p.